ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 53 – Série VII – N.º 530
23 de Fevereiro de 1984

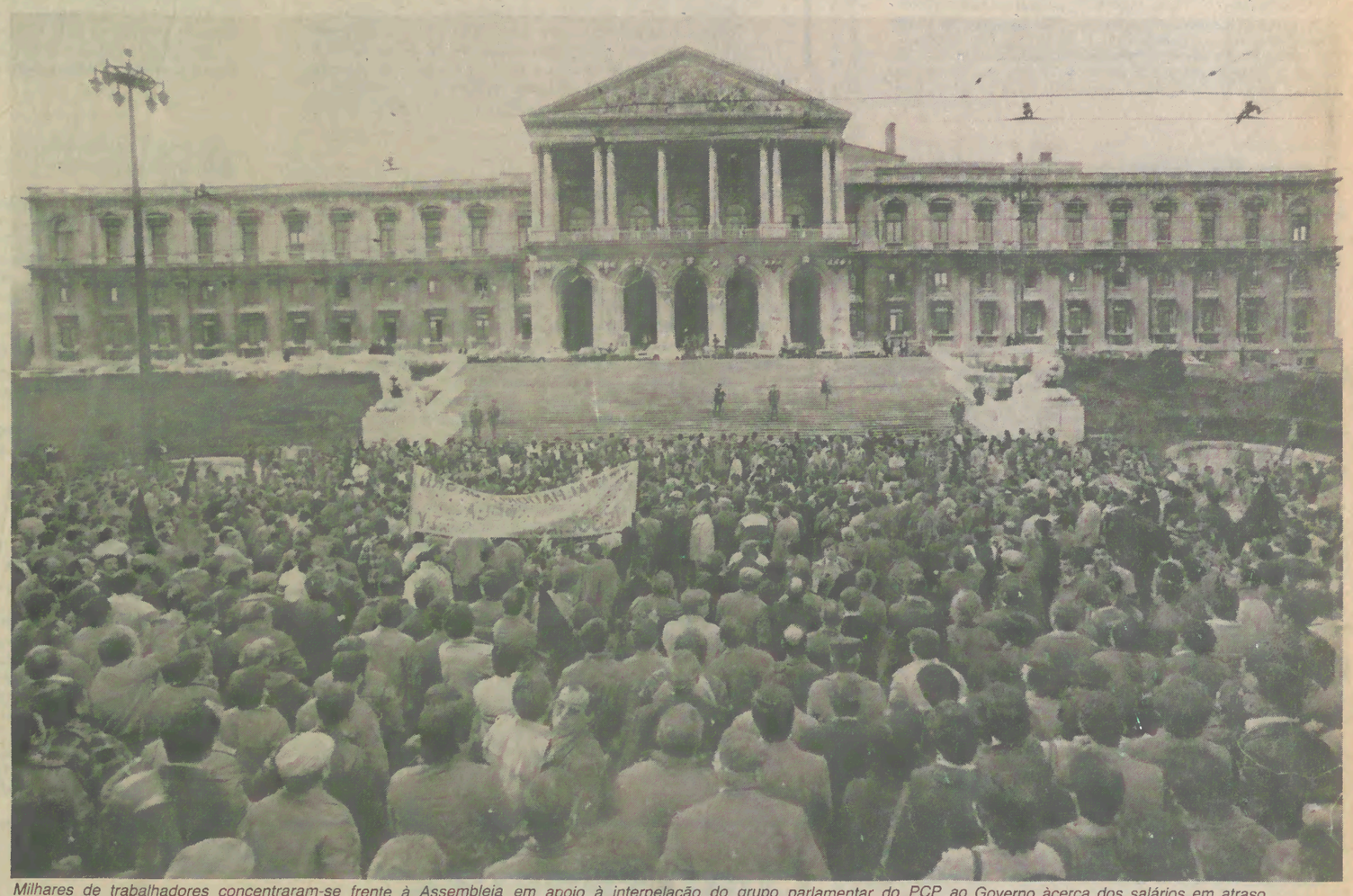
Preço: 20$00

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português · Dir./Red. – Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 – Telex 18390 Composição e impressão – Heska Portuguesa Distribuição – *CDL*, R. Santos Dumont, 57-2.º – 1000 Lisboa

- ***«Resignação»: Duas palavra sobre uma campanha em curso***
- ***Aumento das rendas – Governo confunde o país com prédio de rendimento!***
- ***O Governo e a juventude***

- ***Envelhecimento: Uma fase natural da vida***
- ***Comité Local de Lisboa prepara a 1.ª Assembleia da Organização***
- ***Festival Sindical de Teatro de Amadores***
- ***Pôr termo à submissão de Portugal a imperialismo***
- ***Turquia: A presença do fascismo no Conselho da Europa***
- ***Cosmos: Cooperação internacional ou «guerra das estrelas»?***



Milhares de trabalhadores concentraram-se frente à Assembleia em apoio à interpelação do grupo parlamentar do PCP ao Governo àcerca dos salários em atraso

DEPUTADOS COMUNISTAS DÃO VOZ NO PARLAMENTO AO PROTESTO DE MASSAS

Pág. 3

O PCP AFIRMA:

«O Governo diz que o Estado não tem dinheiro para meter nas empresas públicas e que não há crédito bancário para essas empresas. Mas então, se essas empresas fossem reprivatizadas, contra a Constituição, já haveria crédito bancário? E sobre a questão dos dinheiros públicos, a verdade é que o Estado lhes tira muito mais do que lhes dá. Mesmo sem falar nos impostos pagos pelas EP's, o Estado foi tirar-lhes aos lucros 37 milhões de contos em 1983 e prevê ir lá buscar mais 52 milhões de contos em 1984.» —Carlos Costa no Porto

«Os trabalhadores, as camadas sociais e as forças democráticas que se opõem à política do actual Governo são manifestamente mais poderosas que as forças que o apoiam. Daí o concluirmos haver todas as condições para pôr termo à presente solução governativa e iniciar uma nova solução em conformidade com as instituições e as potencialidades do regime democrático.» — Octávio Pato no comício da Cova da Piedade

Págs. centrais

SEMANA DE LUTA CONTRA O DESEMPREGO

Iniciam-se amanhã, às 9 horas, com partidas de Portel, Vendas Novas, Mora e Alandroal as marchas de trabalhadores desempregados que caminharão em direcção a Évora

Pág. 6

SEMANA

15
Quarta-feira

Segundo revela a Imprensa, os gestores do BESCL decidiram financiar com 220 mil contos o grupo monopolista Mello-Deutsch-Morgan (M-D-M), o que consta da Acta da reunião de 15 de Novembro do Conselho de Gestão daquele banco nacionalizado, juntando-se assim os gestores do BESCL aos seus colegas do BFB e do BPSM no financiamento de um potencial banco privado ■ Os jornalistas da ANOP fazem uma greve de 24 horas exigindo a reposição da legalidade na agência; entretanto, o Conselho de Imprensa considerou, por unanimidade, que a demissão de Veiga Pereira do cargo de director da Informação da ANOP foi ilegal ■ O general norte-americano Leamo R. Hunt é assassinado a tiro em Roma por um grupo de três terroristas; o atentado seria mais tarde reivindicado por um grupo ligado às autodenominadas «Brigadas Vermelhas» ■ Diversas acções de pilhagem voltam a ocorrer no Estado do Ceará, no Nordeste brasileiro, em consequência da fome e da miséria.

16
Quinta-feira

Amin Gemayel

O PCP interpela o Governo, na Assembleia da República, sobre os problemas dos salários em atraso que já afectam 150 000 trabalhadores; dezenas de milhares de trabalhadores manifestam-se em diversas cidades e vilas do País em protesto contra tal situação ■ O presidente libanês, Amin Gemayel, informa os EUA de que está disposto a aceitar a revogação do plano israelo-americano-libanês de 17 de Maio de 1983, no âmbito de um plano em oito pontos proposto pela Arábia Saudita ■ Iniciaram-se em Lusaka, capital da Zâmbia, negociações tripartidas entre delegações da RP de Angola, EUA e África do Sul, visando encontrar uma solução para alguns problemas da África Austral e especialmente para a questão da Namíbia ■ A «Amnistia Internacional» denuncia em Londres que presos políticos morreram e foram torturados nas prisões militares da Turquia, desde o princípio do ano.

17
Sexta-feira

Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, ao regressar de Moscovo, onde assistiu aos funerais de Andrópov, considerou sintomático o facto de no funeral terem estado presentes «numerosos dirigentes de estados capitalistas, o que mostra que a política norte-americana não está a ter apoio internacional, mesmo dos seus aliados» ■ Na sua visita a Vila Nova de Famalicão e Braga o primeiro-ministro Mário Soares seria recebido por manifestações populares de protesto e repúdio pela política governamental ■ O presidente do partido social-democrata da RFA, Willy Brandt, qualifica de «autêntico escândalo» a política norte-americana em relação ao Terceiro Mundo ■ Ronald Reagan assina a ordem de retirada dos fuzileiros navais norte-americanos do Líbano, que deverá estar terminada no prazo de um mês ■ Angola e África do Sul aceitam formar uma comissão conjunta que fiscalizará a situação militar na fronteira angolana com a Namíbia, segundo o comunicado oficial divulgado após as negociações realizadas em Lusaka.

18
Sábado

G. Marchais e F. Mitterrand

Falando num comício em Almada, Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, afirma que Portugal já está à cabeça da Europa em polícias *per capita*: um por 220 portugueses; na Europa capitalista a média é de um por 400 habitantes ■ O «Washington Post» considera que um vasto e acelerado programa de construções militares do Pentágono transformou as Honduras em testa-de-ponte norte-americana na América Central ■ A Frente de Salvação Nacional Libanesa prossegue a sua ofensiva militar contra as tropas de Amin Gemayel, enquanto a Arábia Saudita recuava no plano que propusera sobre a questão libanesa, dada a sua rejeição por parte da Líbia e da FSNL ■ O presidente francês François Mitterrand e o secretário-geral do PCF, Georges Marchais, encontram-se durante mais de uma hora no Eliseu para analisarem a política governamental francesa e os principais pontos de divergência entre comunistas e socialistas.

19
Domingo

Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, afirma em S. Pedro da Cova que o Governo PS/PSD «retomou, acelerou e ampliou» a ofensiva da AD contra o Poder Local democrático ■ Mais de 100 000 espanhóis manifestam-se, em iniciativas separadas, contra a NATO, a existência de bases militares estrangeiras no país e a forma como o governo de Madrid está a negociar a integração na CEE ■ Segundo a televisão libanesa oficial, uma grande coluna militar israelita transpôs a ponte sobre o rio Awali, limite norte das tropas sionistas de ocupação do sul do Líbano, o que se segue a fortes bombardeamentos sionistas contra posições estratégicas das forças patrióticas libanesas.

20
Segunda-feira

Desculpas com «crise de fora»

O matutino «o diário» denuncia que a rádio norte-americana que está a funcionar na região de Lisboa é «pirata» pois não tem sequer a cobertura de um despacho ministerial ■ Continuando na sua viagem pelo norte, o Primeiro-Ministro desculpa-se na Guarda com a «crise internacional» para explicar a sua política de ruína e de miséria ■ Navios sionistas bombardeiam o sul de Beirute ■ Segundo o secretário-adjunto da Defesa dos EUA, Richard Perle, os Estados Unidos vão reforçar e modernizar os armamentos nucleares norte-americanos estacionados na Turquia e construir duas bases militares da NATO perto das fronteiras com a URSS e a Síria.

21
Terça-feira

Os trabalhadores da RN anunciam uma greve de 24 horas para 1 de Março, como forma de luta contra projectos do Governo e do conselho de gerência da empresa que visam a destruição da RN em favor de empresas privadas ■ A CGTP-IN exige um inquérito à gestão do sector público, para apurar responsabilidades no desperdício de 200 milhões de contos; este valor foi denunciado recentemente pelo ministro da Indústria e Energia ■ A Espanha rejeita o programa de adesão que lhe foi apresentado pela CEE ■ As autoridades da Nicarágua anunciam a realização de eleições gerais no próximo dia 4 de Novembro ■ Morre em Moscovo o escritor soviético Mikail Cholokhov.

Editorial

É TEMPO

Entre as várias palavras que irromperam pelo vocabulário político português nos últimos anos conta-se *timming*.

A acção política passou a comportar um valor, um elemento, uma necessidade designada *timming*.

É curioso notar que a aplicação do termo refere-se sempre à acção de uma entidade ou de um partido, jamais à realidade propriamente dita. O político A «tem o seu *timming*», a iniciativa B «tem o seu *timming*», o projecto C «tem o seu *timming*». O *timming* surge assim com o significado da definição de tempo, da capacidade de os homens determinarem a realidade na evolução do tempo de acordo com os seus objectivos.

Digamos que é um conceito politicamente perigoso.

Todo o acto político tem de ser feito a tempo. Mas este a tempo é definido pelo conjunto de todos os factores da realidade social, económica e política e não pelo *timming* estabelecido fora da realidade apenas pela vontade. O exacto *timming* político é descortinar, no conjunto da realidade, o tempo certo para agir.

A crise económica a que a política de direita conduziu o País arrasta-se vai para oito anos. O agravamento sob todos os pontos de vista da situação nacional — endividamento externo, desemprego, miséria — atingiu um ponto insustentável. Arrastar durante mais tempo a concretização desta política hoje levada a cabo pelo Governo Mário Soares/Mota Pinto põe em perigo as condições de sobrevivência do povo, as condições de sobrevivência do regime democrático, põe em perigo a própria sobrevivência de Portugal como país independente.

Não é possível aguentar mais tempo.

E se não é possível aguentar mais tempo esta política, agora é então o tempo exacto para actuar.

O agravamento da situação social e económica não se faz sem o protesto massivo do povo atingido duramente pelos resultados da política de direita hoje levada a cabo pelo Governo Mário Soares/Mota Pinto.

Ao agravamento desenfreado das condições de vida imposto pelo executivo PS/PSD corresponde um crescimento do protesto popular e da luta de massas.

O carácter largamente antipopular, antinacional e antidemocrático faz engrossar o campo daqueles que recusam a política governamental, restringe a base social de apoio da direita e da sua política e alarga a base social de apoio para uma alternativa democrática.

Neste tempo, a política da direita enfrenta o protesto popular e não conta com apoio popular.

Se esta política é combatida pelas massas e as massas requerem uma outra, agora é então o tempo exacto para actuar.

A impopularidade da política do Governo Mário Soares/Mota Pinto e o protesto de massas que lhe dá expressão combativa geram crises e divisões entre os partidos do Governo.

Se estão de acordo com o objectivo de restaurar em Portugal o poder económico e político dos monopólios e a dominação do imperialismo, os homens do PS/Mário Soares, do PPD/PSD, do CDS dividem-se na distribuição das postas proporcionadas pela espoliação do povo e do País. E dividem-se também porque o crescimento da luta de massas anuncia que esta política está condenada a um tempo breve e cada um deles pretende desde já evitar as responsabilidades que lhe virão a ser assacadas.

O campo dos executores da política de direita está assim dividido. E se está dividido, está enfraquecido.

Se estão enfraquecidos os executores desta política, agora é então o tempo exacto para actuar.

A posse do aparelho de Estado coloca ao serviço daqueles que detêm o Poder meios de evidente importância.

Confrontado com o protesto nacional contra a política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista, o Governo Mário Soares/Mota Pinto, pelo facto de ser Governo, pode, face a uma situação insustentável, desencadear com os meios do Estado grandes operações demagógicas, repressivas e legislativas que momentaneamente ocultem o carácter e as consequências da sua acção, que adulterem o quadro institucional e legal da democracia.

Dar tempo ao Governo PS/PSD é permitir-lhe mobilizar meios do Estado para confundir o protesto popular e tentar manter-se no Poder para prosseguir os seus objectivos.

Se dar tempo à continuação desta política é permitir-lhe operações que lhe dêm alento, agora é então o tempo exacto para actuar.

No calendário político português aproximam-se as eleições presidenciais com reflexos decisivos para o funcionamento do regime democrático nascido do 25 de Abril.

Com o decorrer do tempo, as eleições presidenciais ganharão cada vez mais espaço na vida política e na atenção dos portugueses. A manutenção no Poder do Governo Mário Soares/Mota Pinto proporcionará à direita preciosos instrumentos — dos económicos aos repressivos, dos propagandísticos à corrupção — para apoiar a sua acção com vista a fazer eleger um Presidente da República que apoie a política de direita agora seguida.

Prolongar a vida do Governo PS/PSD é assim fazer correr ao regime democrático os riscos de os meios do Estado serem jogados nas eleições presidenciais contra a democracia e contra o povo, ao serviço da política da direita.

Se o facto de esta política continuar a ser executada põe em perigo a legitimidade democrática das eleições presidenciais já importantemente presentes na realidade, agora é então o tempo exacto para actuar.

Comemorar-se-ão dentro em pouco dez anos que os capitães de Abril arrancaram para pôr fim a quase meio século de ditadura fascista, de exploração e de opressão.

Na vida dos homens e dos povos, os aniversários concretizam a memória e a experiência vivida. Dez anos do 25 de Abril serão, para o Povo português, o relembrar das realidades profundas que em 1974 abriram o caminho à liberdade e ao progresso da Pátria: a unidade das forças democráticas, a iniciativa entusiástica e combativa dos trabalhadores, a participação activa do povo na definição de um futuro ao serviço do povo.

Este aniversário do 25 de Abril ocorre durante uma política que nega o 25 de Abril e tudo o que dele se gerou. A memória por ele despertada vai robustecer a consciência presente hoje na luta popular contra o Governo Mário Soares/Mota Pinto do carácter antipopular, antidemocrático, fascizante e de rapina desta política. Vai robustecer a consciência de que — tal como há dez anos — a liberdade é possível, o bem-estar é possível, o futuro é possível. Vai robustecer a consciência de que — tal como há dez anos — é a unidade das forças democráticas, a activa participação do povo e dos trabalhadores que tornam possíveis a liberdade, o bem-estar e o futuro.

Se há um tempo de comemoração que robustece a consciência da necessidade de pôr fim a uma política e as condições e determinação para o fazer, agora é então o tempo exacto para actuar.

A realidade da crise, da situação, da vida dos portugueses e de Portugal impõe a mudança da política de direita que gerou e gera a crise.

A realidade da luta popular, a realidade das divisões da direita, a realidade social e institucional do País permitem mudar a política de direita e criar uma alternativa democrática.

Este é o *timming* do Portugal de Abril que tem de ser o *timming* dos que estão com o Portugal de Abril. Porque assim é, para criar a curto prazo as condições indispensáveis para a mudança, agora é então o tempo exacto para actuar.

Conferência sobre a Nicarágua

Decorre em Lisboa de amanhã até sexta-feira a 1.ª reunião da Comissão Nacional Preparatória da Conferência Internacional sobre a Nicarágua e a América Central, cuja realização está prevista para Abril, também em Lisboa.

A ideia nasceu no âmbito da Conferência das Organizações Não-Governamentais, na sua reunião de Dezembro passado em Genebra, tendo sido formado um grupo de trabalho de que fazem parte: Associação Internacional dos Juristas Democráticos; Comissão das Igrejas para os Assuntos Internacionais do Conselho Mundial das Igrejas; Comissão Internacional de Juristas; Conselho Internacional do Tratado Índio; Conselho Mundial da Paz; Federação Democrática Internacional das Mulheres; Federação Mundial das Associações para a Cooperação com as Nações Unidas; Federação Sindical Mundial; Liga Internacional das Mulheres para a Paz e a Liberdade; Movimento Internacional de Jovens e Estudantes para a Cooperação com as Nações Unidas; *Organização de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos*; *Pax Christi* Internacional.

A reunião preparatória decorrerá no Hotel Penta, realizando-se uma sessão de abertura pública, amanhã, às 21 e 30, no Palácio da Independência.

Foi já constituída uma Comissão Nacional Portuguesa, registando-se, entre as primeiras adesões, nomes como Henrique de Barros, Vasco da Gama Fernandes, José Magalhães Godinho, os **professores** Ruy Luís Gomes, Orlando de Carvalho, Emídio Guerreiro, Óscar Lopes, Barahona Fernandes, Mário Dionísio, Miller Guerra, Pinto Correia, Carrington da Costa, Avelãs Nunes, Onofre Moreira, Luísa Dias Amado, os **escritores** Natália Correia, José Saramago, Cardoso Pires, Urbano Tavares Rodrigues, Nuno Bragança, Orlando da Costa, Wanda Ramos, **artistas** como José Afonso, Pedro Osório, Mário Viegas, Eunice Muñoz, Carmen Santos, Rogério Paulo, Maria do Céu Guerra, Luzia Martins, João Abel Manta, Fausto, **jornalistas** como José Carlos Vasconcelos, Ribeiro Cardoso, Cáceres Monteiro, António Santos, Emídio Rangel, e outras personalidades, como Aquilino Ribeiro Machado, António Arnaut, Teresa Santa Clara Gomes, Silas Cerqueira, Luís Moita, Beja Santos, Carlos Candal, Jorge Sá Borges, Luís Francisco Rebelo, Corino de Andrade.

Deram ainda a sua adesão os **padres** Telles Sampaio, Sousa Fernandes, Bernardino Queiroz, José Alves Coelho, Vilas Boas, e os **pastores protestantes** José Leite, Dimas de Almeida, José Salvador, além dos **juristas** Aníbal de Castro, Aníbal Aquilino Ribeiro, Júlio Almeida Carrapato, Lia Viegas, Luís de Azevedo, Melo Biscaia.

Apoiam a Conferência várias **associações religiosas** como a Igreja Evangélica Presbiteriana, a Juventude Operária Católica, o Centro Ecuménico de Reconciliação; **sindicais** como a CGTP, a Federação Nacional de Professores, Sindicato dos Rodoviários do Centro, USL, **associações cívicas** como a Associação Portuguesa de Deficientes e ainda o CPPC, o CIDAC, o GSAL, a URAP, o MDM, a Associação para a Cooperação com as Nações Unidas em Portugal, a Associação de Amizade com os Países Árabes, a União Coordenadora Nacional dos Organismos dos Deficientes e a Associação de Estudantes do Instituto Superior de Economia de Lisboa.

Saudação à Frente Sandinista

O Secretariado do CC do PCP enviou à Direcção Nacional da Frente Sandinista de Libertação Nacional a seguinte saudação:

Queridos Camaradas,

Por ocasião do 50.º aniversário da morte do general Augusto C. Sandino, herói nacional da Nicarágua, exemplo destacado de patriota revolucionário e combatente anti-imperialista, saudamos a FSLN e o heróico povo nicaraguense pelas vitórias históricas alcançadas pela revolução sandinista e pela determinação com que enfrenta as ameaças e agressões criminosas do imperialismo norte-americano, expressando-vos a activa solidariedade dos comunistas e da classe operária de Portugal.

(Sobre este assunto, ler mais noticiário na pág. 8)

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

À VENDA EM TODO O PAÍS

N.º 105/Fevereiro/84

- Nova política, novo governo
- Para reforçar a organização — Analisar cuidadosamente o trabalho realizado — Planear com realismo as tarefas futuras
- Conclusões da Comissão Central de Organização
- DORSA – Plano de Actividade e Iniciativas Regionais
- Comissão Distrital de Castelo Branco (projecto de acção)
- Executivo da Comissão Concelhia da Figueira da Foz (balanço)
- A importância dos Planos de Actividade e dos Orçamentos
- Encontro de Quadros do PCP do Baixo Mondego
- **Página Económica** — O «sucesso» do desastre
- A intensificação da luta de massas. Factor decisivo para alcançar uma alternativa democrática
- Maternidade, planeamento familiar, aborto: — Da queda dos tabus às novas batalhas
- É urgente dignificar o Serviço Militar Obrigatório
- **Células de Empresa** — Comissão Concelhia de Vila Franca de Xira
- Sobre a célula da Siderurgia Nacional – Maia
- Documentos — Nova Política, Novo Governo — Reclamação popular, imperativo nacional. (Documento aprovado no plenário do CC de 30/1/84)

APU comenta as próximas eleições em S. João da Madeira

Em comunicado, a APU de S. João da Madeira comenta a situação criada no município pelas forças que até agora o têm dominado em exclusivo – o PSD, o CDS e o PS – o qual se encontra «descapitalizado, enterrado em dívidas e com o progresso adiado por alguns anos» e ainda por cima... agora derrubado e com eleições antecipadas marcadas para 15 de Abril próximo.

«É bom que o povo saiba que esta situação desastrosa tem os seus culpados – sublinha o comunicado – e não pode esquecer-se que os partidos representados na Câmara e maioritários na Assembleia Municipal – o PSD, o CDS e o PS – terão que arcar com as responsabilidades que por certo os sanjoanenses não deixarão de lhes atribuir, nomeadamente no próximo acto eleitoral».

Considerando que algo terá de mudar em S. João da Madeira, o comunicado salienta que «a única coisa que pode mudar para melhor será a entrada da APU para a Câmara. É o que pode acontecer de novo, de diferente e melhor.

Tudo o resto são as mesmas pessoas e partidos que nos têm desgovernado, e não só a nível local, pois também no governo central são conhecidas as suas «qualidades» para criarem cada vez mais gravosas condições de vida ao povo laborioso».

Recordando que a APU é a única força política «de mãos limpas e cara lavantada, não lhe podendo ser atribuída qualquer responsabilidade em atitudes prejudiciais ao Concelho», o comunicado acentua que «são cada vez mais os sanjoanenses que vêem na APU a única força política com coragem e firmeza para pôr tudo 'em pratos limpos' e para impor o funcionamento legal e democrático da Câmara», anunciando igualmente o cabeça de lista da APU no próximo acto eleitoral em S. João da Madeira, o camarada Jorge Cortez, engenheiro técnico mecânico, sanjoanense bem conhecido pela sua actividade cívica e cultural no Concelho.

E o comunicado conclui: «trabalho, honestidade e competência, o conhecimento dos problemas e aspirações do Concelho e dos munícipes, é o que a APU irá levar à Câmara a eleger em 15 de Abril próximo».

Pioneiros – Lídice – pela Paz

De facto, são muito poucos os dias que restam: em 11 de Março termina a recepção, em Lídice, na Checoslováquia, dos trabalhos para a 12.ª Exposição Internacional de Artes Plásticas Infantis. Entre os Pioneiros de Portugal, o apelo à participação das crianças portuguesas foi feito em Janeiro e, entretanto, houve decerto muitas que aprontaram já o seu testemunho. Sobre a Paz, a família, os amigos, os seus jogos e interesses — que tudo isso vai caber na Exposição. Quem sabe, haverá porém quem tenha em mãos (ou já nascendo na cabeça) algo que possa ainda mandar?

Lídice não faz naturalmente parte da memória das crianças de 5 aos 15 anos — as que agora são convidadas a participar na Exposição. No dia 10 de Junho de há quase 42 anos, os fascistas hitlerianos decidiram apagar a pequena aldeia, que resistia à invasão e às atrocidades, do mapa da Checoslováquia: 192 homens foram assassinados no jardim da aldeia; as mulheres enviadas para campos de concentração, onde muitas morreriam; as casas incendiadas. Ficaram 105 crianças, e algumas resistiram. O Exército Vermelho e os patriotas checos libertaram a sua pátria, e Lídice renasceu: é hoje uma bela cidade, e nela florescem hectares e hectares de rosas de todo o mundo.

A Exposição, que decorre de Maio a Outubro, será feita com trabalhos seleccionados de pintura e escultura (metal, cerâmica, madeira), têxteis ou quaisquer outros materiais ou formas de expressão plástica.

Para participar basta indicar o nome completo, a idade (que não pode exceder os 15 anos), a morada, a nacionalidade e o nome do trabalho (de preferência uma só palavra).

O tamanho não pode exceder 50×60 cm.

Como enviar? É simples: através dos Pioneiros de Portugal ou, simplesmente, para Lídice – Checoslováquia — 12.ª Exposição Internacional de Artes Plásticas Infantis.

Festa na Brandoa

Quase meia centena de Pioneiros da Brandoa confraternizaram na comemoração do 6.º aniversário do seu Núcleo.

Foi um convívio cheio de alegria, entremeado de muitas canções que um acordeonista do Grupo Folclórico da Brandoa acompanhou, que decorreu na sede posta à disposição dos Pioneiros pela Junta de Freguesia. E houve ainda bolos e refrescos e uma animada conversa entre os Pioneiros e os seus convidados, entre os quais o presidente da Junta da Brandoa e um camarada da Comissão Política do CC do PCP.

Henrique, dirigente dos Pioneiros de Portugal, e vários outros animadores e monitores organizaram com agrado geral este convívio de um Núcleo que conta já hoje com mais de uma centena de crianças em actividade regular.

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português*. Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 – Lisboa CODEX. Tel. 768345

ADMINISTRAÇÃO: *Editorial Avante, SARL*. Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º - 1000 Lisboa Tel.769744 769751

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725 769722.

DISTRIBUIÇÃO: *CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL*. **Serviços Centrais:** Av. Santos Dumont, 57 – 2.º – 1000 Lisboa. Tel. 779828 779825 769751.

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa. Tel. 372238

Centro Distribuidor de Évora: Alcarcova de Baixo, 13 – 7000 Évora. Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 – 8000 Faro. Tel. 24417.

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 – 4000 Porto. Tel. 693908/699615.

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 – 3000 Coimbra. Tel. 28394.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º – 1000 Lisboa. Tel. 766402.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 – Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 900044.

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B – 1100 Lisboa. Tel. 776936/776750. *Porto* – Rua do Almada, 18-2.º Esq.º – 4000 Porto. Tel. 381067.

Composto e impreso na Heska Portuguesa – R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova – 2700 Amadora.

Depósito legal n.º 205/82

Tiragem média do mês de Dezembro: 46 825

Assembleia da República

Interpelação – salários em atraso

Governo diz que é intolerável mas lava as mãos como Pilatos

Que diferença no tom do Governo, entre o que tem mantido ao longo dos vários meses da sua actuação respondendo a perguntas e a críticas do PCP e o que levou à Assembleia na passada quinta-feira para responder à interpelação dos comunistas sobre os salários em atraso! Ainda não há muito – precisamente quando o PCP apresentou um projecto sobre garantia de pagamento de salários em atraso – , o Governo pretendera ignorar a situação, afirmar que ela não existia ou, se existisse, era coisa de somenos. Desta feita, jogando nitidamente à defesa, o Governo pretendeu adiantar-se às críticas, chegando o ministro das Finanças a qualificar de anómala e de intolerável a situação dos trabalhadores com salários em atraso.

Mas, se os governantes admitiram a existência do problema — já não o podem negar embora façam por escondê-lo nos meios de comunicação que manipulam — tentaram, durante o debate aberto na passada semana, alijar responsabilidades. Tudo serviu: a crise «mundial», os governos anteriores, os empresários e, até... os trabalhadores!

O mudar de agulha nas palavras do Governo foi sensível. Nem todos os ministros, porém, afinaram pelo mesmo diapasão. Amândio de Azevedo revelou a sua filosofia começando por sublinhar que «não cabe ao Governo a responsabilidade da gestão das empresas», por isso não se lhe pode imputar o facto de os trabalhadores não receberem salários. «Cada empresa», sublinhou, «através dos seus órgãos de gestão, é que deve tomar as medidas necessárias para enfrentar e resolver os seus problemas e solver pontualmente os seus compromissos»...

Então e as grandes empresas públicas?, perguntaria sem maldade o espectador deste debate.

Mas o orador não se deteve com estas minudências. Aceitou que o Governo era responsável para ajudar as empresas e, referindo-se ao papel do Ministério do Trabalho, afirmou que tudo tem feito para ajudar as empresas. Os trabalhadores e os seus problemas é questão que não interessa.

Quanto às responsabilidades na questão em foco, o ministro distribuiu o mal pelas aldeias: «todos têm responsbilidades» — os partidos políticos, as organizações dos trabalhadores, os próprios trabalhadores. E se os salários não são pagos é porque as empresas não podem...

Rever a legislação laboral e... despedir!

Mas, para «enfrentar e resolver os problemas», «dentro dos critérios de uma boa e moderna gestão», Amândio de Azevedo declarou que o Governo se não exime às responsabilidades e vai, «de acordo com o programado», proceder à «regulamentação da greve e do *lock-out*»! Para bom entendedor, fica claro que este Governo pensa que os salários em atraso são da culpa dos trabalhadores e que, apesar de a Constituição revista proibir com um seco artigo o *lock-out*, o executivo da direita no poder pensa passar por cima de toda a folha e dar de mão beijada aos patrões uma arma que o 25 de Abril lhes houvera retirado. A acumular aos salários em atraso, o encerramento doloroso das empresas vai chegar!

Depois desta miraculosa receita, Ernâni Lopes toma a palavra. Diz que, por mais anómala e intolerável que seja a situação, ela não surgiu agora (embora há poucos meses ela fosse considerada uma invenção dos comunistas). Existia, disse Ernâni, antes da política que o Governo prossegue. E alargando a culpa: «Estamos a viver a maior crise económica do pós-guerra.».

O ministro não se coibiu, no entanto, de avançar também com uma receita – despedimento. Despedir é, portanto, na óptica da coligação, mais saudável do que não pagar a tempo. Acaba-se com o problema logo na raiz. Tudo isto porque «compete ao Estado fazer a política financeira que permita às empresas resolver o problema». No final, encerrando com chave de ouro (de ouro no prego), renovou perante a Câmara «a necessidade absoluta de salvaguardar a capacidade readquirida de recorrer ao crédito internacional, **gerindo bem**». Gerindo FMI: o FMI manda despedir e o Governo põe na rua.

A vacuidade e o mérito

Ir ao concreto, apontar casos, tecer críticas fundamentadas, questionar, foram as características da actuação do grupo parlamentar do partido interpelante, o PCP. Não apenas durante o debate, através de uma série de intervenções e de pedidos de esclarecimento, mas logo na abertura do mesmo, com as quatro intervenções dos deputados Jerónimo de Sousa, Ilda Figueiredo, António Mota e João Amaral.

As respostas dos governantes, porém, não corresponderam às legítimas expectativas, chegando ao ponto de dizerem desconhecer empresas e grupos importantes, como o grupo Mondego, dos Mellos, subsidiado, segundo indíciòs apontados por António Mota, pela Secretaria de Estado do Emprego com 170 mil contos que estão a render na banca «sem que os trabalhadores deles tenham tirado qualquer benefício».

Responsabilidades? Nenhuma, afirma o PS/PSD. Respostas? As tristes intervenções governamentais mostraram que, além de uma política ruinosa praticada pelos ministérios, a ignorância também é apanágio da coligação.

Almeida Santos, a encerrar os debates, fez um longo discurso. Vago, ao gosto deste ministro quando se propõe defender o indefensável. Dele se não retiraram, em conclusão, soluções para o que Ernâni apelidara de situação intolerável. Almeida Santos preferiu desfechar algumas críticas, nomeadamente ao PSD, sinal de que tudo continua mal no seio da aliança abrangente. E dentro dos próprios partidos que a compõem a coisa continua a complicar-se. Por que razão Salgueiro desistiu de fazer a anunciada análise global da política económica do Governo, em favor da catilinária anticomunista do seu parceiro de bancada Rocha de Almeida? Com o PSD e CDS a pedirem mais e mais na senda das alterações constitucionais, com o PS a desculpar o Governo e a «atacar» algum patronato, foi assim a imagem dos que, de um modo ou de outro, apoiam a política de ruína do País e dos trabalhadores.

Mas, para além da vacuidade das respostas às certeiras críticas e perguntas, outros méritos se apontam a este debate onde, como Carlos Brito sublinhou no final, «foi notória a mudança de tom do Governo. «Houve administradores de empresas do Norte que pagaram salários em atraso na véspera da interpelação. Isso é mais um mérito da nossa iniciativa», acentuou o dirigente comunista.

«É evidente», disse ainda, «que não saiu daqui qualquer compromisso. Mas, a partir de agora, o Governo terá de alterar a sua política relativamente aos salários em atraso. E isso é um mérito da interpelação do PCP.»

Carlos Brito: *«Lá fora a luta continua; aqui dentro vai continuar também»*

O camarada Carlos Brito proferiu, encerrando a interpelação do PCP, o discurso de que, a seguir, publicamos largos excertos:

(...) Esta é talvez uma das primeiras interpelações que se faz na Assembleia da República que reúne tanta unanimidade em relação ao seu mérito.

Na verdade, podemos dizer que antes de se iniciar a interpelação algumas modificações se vinham operando relativamente à atitude do Governo, de deputados e de dirigentes dos partidos da coligação governamental — particularmente do PS — relativamente a esta questão.

Foi particularmente notória aqui a mudança de tom do Governo. Já antes desta interpelação o Governo fez publicar um despacho normativo que, em nossa opinião, não modifica substancialmente nada nesta questão, não resolve nenhum problema, mas significa que o Governo sente necessidade de mostrar que está a fazer alguma coisa para resolver esta questão. É mérito da nossa interpelação.

Ontem mesmo tivemos notícia de que no Norte houve alguns empresários que pagaram salários — não todos, mas pagaram parte dos salários. Foi também mérito desta nossa interpelação.

É verdade que saímos daqui sem que o Governo tenha assumido nenhum compromisso. No que toca a medidas vamos praticamente na mesma. Mas. srs. deputados, creio que a condenação que aqui, na Assembleia da República, foi feita da situação dos salários em atraso foi tão vigorosa, à luz dos valores mais universais da justiça, da ética e da política, que a partir de hoje e a partir desta interpelação, o Governo não pode continuar a actuar em relação à situação dos salários em atraso como actuou até agora.

Em todo o caso, quero dizer que o mérito da nossa interpelação é relativo. A força da nossa interpelação decorre neste momento do facto de ela se inserir no movimento de protesto popular e de luta dos trabalhadores, que se tem vindo a intensificar nos últimos meses. Nós sentimo-nos aqui verdadeiramente como porta-vozes dos operários e dos trabalhadores da construção naval da margem sul do Tejo, dos vidreiros da Fontela e da Marinha Grande, dos trabalhadores da CIFA e de todos os outros, metalúrgicos, têxteis, conserveiros, da indústria hoteleira e de todos os trabalhadores que têm os salários em atraso. Sentimo-nos durante esta interpelação solidários com os dramas que se passam na casa dessas famílias operárias e que conhecemos. Sentimo-nos ao mesmo tempo fortalecidos pelo vigor e pela força das lutas que os trabalhadores estão a realizar em torno do direito à justiça e do direito a receber os salários que lhes são devidos.

Temos estado nas concentrações, estivemos aqui na vigília em frente à Assembleia da República, fomos há pouco lá fora ver a manifestação. Sentimo-nos porta-vozes e fortalecidos com essas acções populares. E essas acções populares, sr. Presidente, srs. deputados e srs. membros do Governo, não representam nenhum perigo de subversão para a democracia portuguesa. Pelo contrário, elas são uma condição de defesa do regime democrático e de salvaguarda dos ideais do 25 de Abril.

Outro mérito da interpelação ao Governo foi o facto de, pela primeira vez, se terem traçado os contornos do quadro deste flagelo social e de se ter definido a sua dimensão.

Esta definição é importante porque dá a dimensão deste flagelo.

Como já tive ocasião de dizer hoje, não são uns quantos casos, são numerosíssimas empresas e são dezenas de milhar de trabalhadores. Pode-se oscilar em relação ao cômputo exacto, e já vimos as dificuldades por que isso acontece: basta uma grande empresa estar atrasada ou ter-se actualizado no pagamento de salários para que o número não seja exactamente rigoroso. Vimos que há discrepâncias, por exemplo, entre os números que foram citados da bancada do Partido Socialista e os números que foram citados pelo Governo. Mas a dimensão está feita. São 130 mil trabalhadores com salários em atraso? São 150 mil? Qualquer dos números é legítimo. Contudo, é um número desta ordem, um número desta grandeza! Esta é a grandeza do fenómeno, esta é a grandeza da omissão das autoridades governamentais.

A definição não é rigorosa porque o Governo não quis contribuir para que o debate fosse mais rigoroso. Por exemplo, discutiu-se a propósito da responsabilidade dos empresários. O sr. ministro das Finanças e do Plano adiantou que há descapitalização voluntária de empresas, o que é uma constatação grave. Por sua vez, o sr. ministro do Trabalho e da Segurança Social disse que «salvo raríssimas excepções, os empresários não são culpados».

Porém, podíamos ir mais fundo nesta situação. Quais são as conclusões da Inspecção Geral de Trabalho e da Inspecção de Finanças? Será que a Inspecção Geral de Trabalho apura determinadas conclusões e a Inspecção de Finanças apura outras? Por que é que esses dados não vêm para a Mesa? Há casos de dolo? Há casos de negligência grave? Quais são? Quantos são? Esses dados são secretos? Os deputados e a Assembleia da República não podem conhecê-los? Se esses dados viessem, a situação ficaria bastante mais esclarecida. E essa é uma das razões por que dizemos que o Governo é culpado. E não é apenas este Governo, mas também os anteriores. O fenómeno não nasceu com este Governo, tal como foi salientado, mas agravou-se na vigência deste Governo. Até podemos dizer que quase se banalizou na vigência deste Governo.

A grande importância do debate que aqui travámos em princípios de Novembro foi a de alertar a opinião democrática, a Assembleia e o País para essa perigosa banalização que se começava a fazer,

E posteriormente foram as lutas dos trabalhadores e hoje a nossa interpelação» que impedem que essa banalização com todos os perigos vá por diante — com todos os perigos e com todas as consequências. (...)

(...) Há todas as razões para recear que a situação se agrave. A ausência de quaisquer medidas claras de protecção aos trabalhadores no discurso do sr. ministro do Trabalho e da Segurança Social e as ideias «gelidamente claras» do discurso da estabilização económica do sr. ministro das Finanças e do Plano conduzem a isto.

No plano social, o Governo, sem se comover, e às vezes até com um sorriso nos lábios, declara que não está preocupado com a existência de meio milhão de desempregados ou com a situação de 950 mil portugueses andarem à procura de emprego. O sr. ministro, quase com um sorriso nos lábios, anunciou-nos que o desemprego vai ser incrementado. Foi corrigida pela minha bancada a desumanidade desta linguagem, mas o sr. ministro entendeu que era só uma questão de linguagem.

O Governo está perfeitamente impávido perante as taxas de inflação de 30%. O Governo assiste embevecido ao empobrecimento dos portugueses que ele provoca aceleradamente.

No plano económico, apesar do desastre evidente, o Governo insiste nas altas taxas de juro, na desvalorização do escudo, na contracção dos créditos, na travagem do investimento. O sr. ministro das Finanças e do Plano bate palmas de alegria perante a redução do consumo da energia eléctrica, que este é um sintoma, um indicador importante a demonstrar a baixa de produção. Este é um raciocínio simplista do sr. ministro, mas ele não é acompanhado por algumas das melhores cabeças no domínio das finanças e da economia, mesmo da área da coligação governamental.

As preocupações surgem. Surgiram, por exemplo, nos congressos das federações do PS e surgem um pouco por todo o lado. A verdade é arrepiante. O caminho para o qual o Governo está a arrastar a economia é assustador. A indiferença com que o sr. ministro das Finanças e do Plano reage às preocupações que lhe são manifestadas e a sua determinação no caso concreto não é uma qualidade, é um perigo para o nosso país.

No plano do aparelho produtivo, sabemos que se preparam novas demolições — anuncia-se até o encerramento de empresas nacionalizadas e alguns srs. ministros têm falado de desnacionalizações de empresas directamente nacionalizadas. São ministros da República e por isso é legítimo perguntar: com que Constituição pensam desnacionalizar? É com a Constituição da República ou é com a Constituição do CDS?

No plano da instabilidade governativa, saído dos poços de ar dos finais de Janeiro e dos princípios de Fevereiro, o aparelho do Governo e da coligação governamental vai entrar numa outra área de convulsões: a aproximação do Congresso do PSD.

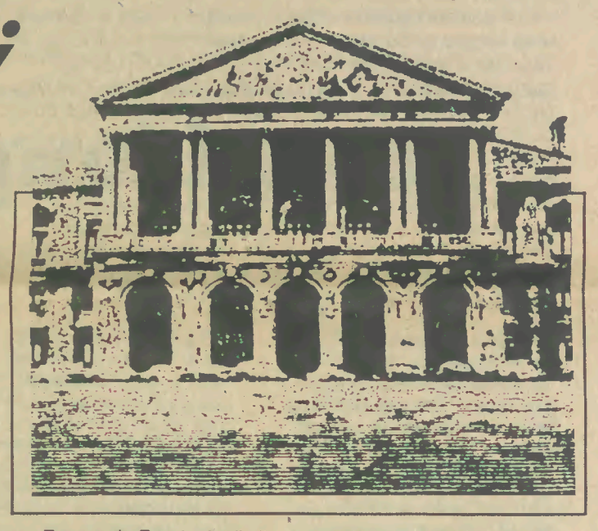
E não iremos assistir de novo às pressões e aos manobrismos em que alguns dos aspectos essenciais do interesse nacional parece que são jogados nos regateios de posições? Não é verdade que a imprensa fala — e não é desmentida — que, a troco da posição do Partido Socialista na lei de despenalização do aborto, o vice-Primeiro-Ministro exige a desnacionalização ou o desmembramento de algumas empresas do sector público? Isto não é motivo de escândalo mas devia sê-lo!

Os interesses nacionais não podem ser objecto destas disputas partidárias. Tem de haver um certo decoro nisso.

A coligação governamental não percebe, mas o Governo é frágil por essa razão. Por essa razão, o Governo é presa fácil de determinadas pressões.

Se há grande barão da área da coligação que protege certos empresários cujas empresas têm salários em atraso, o Governo, este Governo tem autoridade para entrar no feudo desse barão? Eu não preciso de responder.

Acima de tudo, sr. presidente e srs. deputados, a questão dos salários em atraso é uma questão de direito dos cidadãos e de um direito fundamental: o direito ao recebimento do salário pelo trabalho que é prestado. Este é, como aqui foi muitas vezes repetido, uma expressão fundamental do direito à vida, é um direito fundamental dos cidadãos. E será que nesta Assembleia onde alguns srs. deputados, tanto falam — e muitas vezes a despropósito — do direito à vida e do direito dos cidadãos, nesta questão não se comovem e assistem passivamente à atitude negligente, «passa culpas» do Governo a que temos assistido numa área tão essencial?



Em vez do Estado de direito, sr. presidente e srs. deputados, nós temos o «direito da selva». É a situação que se está a consagrar, se a partir de hoje não exigirmos todas as medidas enérgicas para que esta situação não continue.

Acresce que interrogámos o Governo acerca dos critérios que presidem aos apoios financeiros que são concedidos a algumas empresas. Dissemos mesmo que há situações — e apontámos algumas — que indicam casos que podem ser de corrupção e de fraude. Fomos pouco compreendidos pelo Governo, que, como se impunha, não respondeu seriamente a estas questões, tratando-se para mais do uso de dinheiros públicos.

Nós apresentámos 25 requerimentos de empresas que receberam subsídios mas em que os salários estão em atraso. Porquê? O Governo devia responder a esta questão. É uma prática minimamente democrática ter este diálogo sério com a Assembleia da República e não vir aqui com evasivas e com figuras de retórica. Era disto que precisávamos para consolidar o regime democrático.

Acresce, no entanto, que o Governo se cala perante esses casos e passa culpas em relação à infracção brutal que é o não pagamento dos salários. E quando os trabalhadores lutam e quando levam mais longe o seu protesto, este Governo não hesita em reprimi-los, em espingardeá-los e em bater-lhes com *casse-têtes*, como recentemente aconteceu na ponte sobre o Tejo.

Mas não podemos aceitar que a democracia esteja — como está — a ser ameaçada, e mais do que isso, que direitos fundamentais dos portugueses não estejam a ser protegidos como deviam.

Sr. presidente e srs. deputados — srs. deputados principalmente —, se não somos nós a tomar a defesa desses direitos então a certa altura perde-se a noção do que é o Estado democrático, do que é o regime democrático e do que é um regime ditatorial em que toda a arbitrariedade e toda a brutalidade são permitidas.

A nossa Constituição consagra, ainda mesmo depois de revista, grandes poderes para os trabalhadores. Mas está a desenvolver-se uma mentalidade do Estado contra os trabalhadores. Esta é uma acusação fundamental que fazemos a este Governo e a esta coligação. Esta coligação e este Governo permitem que se desenvolva uma mentalidade, um estado de espírito que é contra os trabalhadores e em que os trabalhadores são tomados como inimigos. É isto que não podemos tolerar.

Para mais, a saída da crise não se fará sem os trabalhadores, sem a sua participação activa, sem a sua participação interessada na resolução e na superação dos problemas nacionais. (...)

Ao longo do debate, o Governo procurou «sacudir a água do capote». Saímos daqui sem nenhuma garantia. Se os trabalhadores tivessem que fiar-se no que foi dito pelos ministros que intervieram no debate, realmente a esperança de verem a sua situação dramática resolvida seria muito pequena, seria nenhuma.

Mas este debate não passa em vão e de qualquer maneira, lá fora, a luta continua; aqui dentro vai continuar também.

Um projecto e 649 requerimentos!

No rescaldo da interpelação do PCP sobre salários em atraso, os trabalhos da Assembleia, que hoje agendam nova interpelação do CDS, voltaram anteontem à «normalidade», com a discussão de um projecto do MDP/CDE sobre crédito em espécie à agricultura e com um período de antes da Ordem do Dia de novo movimentado.

A questão dos salários em atraso, porém, não ficou por aqui. Na intervenção final que proferiu Carlos Brito e a que hoje damos destaque, o presidente do grupo parlamentar comunista anunciou a entrega na Mesa da AR de um conjunto de nada menos que 649 requerimentos (dos quais 25 se referem a empresas que receberam subsídios e onde os salários continuam em atraso, como sublinhou o dirigente comunista).

Carlos Brito anunciou também a apresentação de um novo projecto de lei sobre a matéria. «Ele comporta», disse, «um verdadeiro plano de emergência para ocorrer a uma situação que é de emergência, de catástrofe.» E adiantou quais os pontos principais do projecto em questão: «o levantamento completo das empresas em situação de atraso no pagamento de salários; a adopção de medida legislativas tendo em vista o adiantamento de salários devidos aos trabalhadores para corresponder à situação dramática em que se debatem; a organização dos meios administrativos, inspectivos e judiciais de controlo da situação para impedir que ela continue a degradar-se; a viabilização das empresas, com intervenção do Estado de forma a que, de uma maneira decidida, ela se faça rapidamente, inclusive com o recurso à participação dos trabalhadores através do regime de autogestão; e, finalmente, o combate a todas as formas de corrupção, fraude e negligência com a criminalização da falta de pagamento de salários».

Entretanto, no período de antes da Ordem do Dia de terça-feira passada, como referimos, diversas declarações políticas animaram o hemiciclo, principiando com uma intervenção de Helena Cidade Moura, do MDP, que criticou sobretudo alguns aspectos da política cultural do Governo.

Anselmo Aníbal, do PCP, proferiu uma declaração acusando o executivo de continuar a política dos anteriores governos da 'AD', agravando-a, de «instabilidade das relações de trabalho da Função Pública». Nomeadamente no que toca ao diploma de constituição de «excedentes», Anselmo Aníbal acusou o Governo de seguir as receitas do FMI, ao mesmo tempo ignorando a realidade da função pública e os recursos humanos do aparelho de Estado.

Ainda da bancada comunista ouviu-se o improviso de Vidigal Amaro, denunciando a situação caótica em termos de cuidados de saúde e de condições de trabalho reinantes no Hospital de São José.

O deputado da UEDS, Lopes Cardoso, por seu lado, interveio criticando a política governamental de destruição da ANOP.

Nacional

Soares em Braga

A outra face da visita

O Primeiro-Ministro teve tempo para as autoridades e para o patronato, mas os trabalhadores – ignorou-os.

A visita de Mário Soares ao distrito de Braga, visando a promoção demagógica da imagem do seu Governo através de inaugurações e igualmente a cobertura da gestão autárquica do socialista Mesquita Machado (sujeita a fundadas acusações de corrupção), foi confrontada com a gravíssima realidade social da região agudizada pela política da coligação PS/PSD. E de tal modo, que se esfumou a demagogia, pois da visita restou sobretudo a memória do profundo isolamento social deste Governo e a amplitude do descontentamento e do protesto populares, que não se limitaram ao «costumado grupo de provocadores do PCP, via Intersindical» nem à «arruaça» como em linguagem insultuosa e pidesca a Comissão da Federação Socialista do distrito, reunida de emergência para o efeito, e exprimindo o seu desespero pelo completo fracasso da visita, pretendeu caracterizar as manifestações populares de repúdio que acompanharam todo o programa. Uma atitude, aliás, sintomática, de dirigentes locais do PS que, procurando manter uma imagem de «esquerda» através da vinculação ao grupo do «ex-secretariado», de facto têm assumido na sua maioria uma atitude «situacionista» e de completa subordinação ao governo e à direcção soarista do PS.

Os factos

Logo de manhã, em Vila Nova de Famalicão, centenas de trabalhadores da construção civil (empresas «Afonso H.M. Queirós» e «Domingos Machado», com salários em atraso), metalúrgicos e têxteis, com uma delegação de representantes sindicais à cabeça, entregaram um *dossier* sobre a grave situação de milhares de trabalhadores do concelho com salários em atraso. Quando no final da sessão solene na Câmara, cujas cercanias estavam «decoradas» com inscrições e faixas contra a política de miséria do Governo, e o Estado pague às EPs os 200 milhões de contos que lhes são devidos;

- Que entrem em funções os gestores eleitos pelos trabalhadores;
- Que o Governo submeta a discussão públicliderada por Mesquita Machado, pôs na rua os bombeiros a retirar as faixas de pano que cobriam a cidade «Contra a miséria, Governo Soares/Mota Pinto rua» colocadas pelo movimento sindical e tentava apagar enormes inscrições exigindo o mesmo. Tudo isto perante o imediato protesto popular, que em autênticos comícios de rua, comentava os acontecimentos, e perante a pronta resposta do movimento sindical que, protestando junto da Câmara e repondo as faixas no ar através de equipas de activistas, deram a devida resposta a esta tentativa de violação da liberdade de expressão.

Ainda de manhã, Mário Soares e a sua comitiva seriam vaiados por centenas de populares que, por curiosidade, se tinham deslocado até junto do edifício da Câmara, onde mais uma sessão solene decorria, antes do cortejo de pseudo-inaugurações que se seguiu.

À hora do almoço, uma numerosa delegação de agricultores, desfilando em 14 tractores com distícos sobre as suas reclamações, apresentou-se junto do hotel onde decorria o almoço para apresentar um *dossier* sobre a dramática situação da lavoura da região com um abaixo-assinado que, em poucos dias, recolheu cerca de 2 mil assinaturas de agricultores.

Uma outra manifestação (de trabalhadores da Fumbral, empresa com salários em atraso), com bandeiras e cartazes pretos, desfilava pelas ruas e gritavam junto do hotel as privações a que estavam sujeitos com as suas famílias.

De tarde, os trabalhadores metalúrgicos em greve (que registou elevada adesão) que no distrito fora simbolicamente adiada para esta data, concentrados no seu sindicato, deslocaram-se em manifestação em que participaram igualmente delegações sindicais doutros sectores (caso dos têxteis) até junto das instalações da Universidade do Minho onde decorria nova sessão solene, rompendo com a sua unidade e determinação as barreiras metálicas e de agentes da PSP que pretendiam impedir o acesso. Aqui se encontravam também delegações da Frente Comum da Função Pública, dos Professores (com um abaixo-assinado com mais de 600 assinaturas de professores), das mulheres, dos reformados, da coordenadora das CT's e doutros sectores, que pretendiam entregar *dossiers* sobre as situações e reclamações dos seus sectores.

Depois de terem comunicado às delegações e aos manifestantes que não aceitavam recebe-los, excepto com a condição de previamente dispersarem a manifestação, face à determinação de todos em não arredarem pé, acabaram por receber as delegações e os *dossiers* com a manifestação presente, que só depois se deslocou para o centro da cidade. Ao mesmo tempo, eram distribuídos comunicados à população ilustrando a gravidade das consequências da política do governo para variados sectores (Sindicato Têxtil, Função Pública, USB, etc.).

No comunicado da União de Sindicatos de Braga esta sublinhava em título que «os trabalhadores de Braga têm também alguma coisa para dizer ao Primeiro-Ministro» referindo, nomeadamente: «o Primeiro-Ministro visita hoje Braga, tem tempo para reunir com as autoridades locais e com o patronato, mas não tem tempo para os trabalhadores e o movimento sindical. O Primeiro-Ministro vem a Braga mas fecha os olhos aos mais graves problemas sociais da nossa região...», concluindo que «os trabalhadores estão fartos de promessas. Os trabalhadores reclamam uma política diferente... por isso está na hora deste Governo se ir embora». Reclamação esta gritada aliás nas manifestações que acompanharam toda a visita, que teve outra característica a assinalá-la – a completa ausência, em Famalicão como em Braga, de qualquer manifestação, mesmo limitada e individual, de simpatia pelo Primeiro-Ministro, e o clima de indiferença e mesmo de hostilidade visível na população.

Esta a outa face da visita que a comunicação social escondeu. A começar pela RTP, de um descaramento inaudito no ocultamento e na manipulação dos factos.

PCP

Concelho de Almada
Plenário de fundos no sábado

A importância e a actividade da frente de fundos (o trabalho realizado, o reforço da organização desta frente e perspectivas para o trabalho futuro) – este é o ponto único da ordem de trabalhos do plenário concelhio que decorrerá no próximo sábado, dia 25, no Centro do PCP na Avenida Prof. Egas Moniz, 48. Na 1.ª parte do plenário (das 15 às 17 horas) serão apresentadas as intervenções escritas das organizações e da comissão de fundos da Concelhia sobre os temas apontados na ordem de trabalhos. Depois do intervalo, decorrerá a 2.ª e última parte da sessão (das 17 e 30 às 19 horas), destinada ao debate e conclusões. Segundo a convocatória assinada pela comissão de fundos da Concelhia, «o objectivo fundamental» da iniciativa é «o levantamento da situação existente e apontar medidas para o melhoramento do nosso trabalho nesta frente. Para conseguirmos este objectivo é necessário que em cada organização se preparem intervenções que, em termos objectivos, traduzam a situação existente e informem das medidas que pensam tomar (e já em curso) e os resultados obtidos». As intervenções devem ter uma preocupação especial em referir temas como:

- **Organização**: Comissão de Fundos, Controlo Financeiro, Comissão de Contactos, etc.
- **Quotização**: recuperação de atrasos, aumento do nível das quotas, etc.
- **Contactos** para contribuições especiais
- **Imprensa do Partido**: aumento da divulgação e vendas
- **Bancas** e locais de convívio
- **Controlo** dos gastos e defesa dos bens do Partido
- **Orçamentos**: elaboração, controlo e cumprimento
- **Regularidade** da prestação de contas e controlo financeiro
- **Iniciativas** centrais e locais.

Iniciativas no concelho de Vila da Feira

Decorrerá no próximo sábado, dia 25, no café do Fernando, em Pousadela, uma reunião plenária dos militantes comunistas da freguesia de Nogueira da Regedoura. Na ordem de trabalhos estão incluídos os seguintes pontos: análise da situação política, entrega dos novos cartões do Partido e eleição da Comissão de Freguesia do PCP.

Entretanto, termina hoje o curso de quadros da organização concelhia da Feira, orientado pela camarada Maria da Piedade Morgadinho, do CC. Têm sido particularmente tratados temas relacionados com a luta de classes em Portugal e a história do Partido.

Ainda no concelho de Vila da Feira, é de referir a intensa actividade preparatória da 1.ª Assembleia da Organização da freguesia de **S. Paio de Oleiros**, a que nos referiremos em pormenor na nossa próxima edição.

Sessão no B.º da Boavista

No clube desportivo «O Social», no B.º da Boavista (Benfica) em Lisboa, haverá no próximo sábado, dia 25, uma sessão do PCP sobre a situação política. Participam na iniciativa, marcada para as 21 e 30, José Casanova, da Comissão Política do CC, e Helena Bastos, da APU.

Idanha-a-Nova

Desenvolver e melhorar a actividade do Partido, em especial junto dos trabalhadores agrícolas, é uma das direcções definidas pela 2.ª Assembleia da Organização do PCP de Idanha-a-Nova (Distrito de Castelo Branco), que decorreu no passado dia 19 na Casa do Povo de **Oledo**, freguesia de maioria APU. Além do balanço da actividade do Partido e da discussão de temas relacionados com o trabalho de organização, a Assembleia elegeu a nova CC, constituída por 22 elementos (dos quais 11 operários agrícolas e industriais e 4 agricultores). O mais novo tem 18 anos e o mais velho 79. Os camaradas João Pessoa, da Distrital de C. Branco, e Armando Morais, da DORBI e do CC, que falou sobre a situação política, estiveram presentes na Assembleia.

Inauguração de CT de Loulé

No próximo sábado, dia 25, decorrerá a jornada de inauguração do Centro de Trabalho do PCP em Loulé.

Participam os dois deputados do PCP eleitos na região, camaradas Margarida Tengarrinha e Carlos Brito, e do programa consta uma sessão de convívio a partir das 17 horas, estando prevista uma intervenção de Carlos Brito, membro da Comissão Política do CC.

A abertura de um CT do PCP na sede do segundo maior concelho do Algarve representa um importante passo para o reforço da organização local do Partido e um importante instrumento para o alargamento da influência e da acção política do PCP.

Comemoração dos 500 militantes em Olhão

A Comissão Concelhia de Olhão promove no sábado, a partir das 15 horas, no salão das Conservas, uma sessão-convívio para comemorar a meta dos 500 militantes atingida pouco antes do X Congresso.

esta meta tinha sido traçada na Assembleia da Organização realizada há dois anos, na qual participou o camarada Joaquim Gomes, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP, camarada que igualmente estará presente no sábado em Olhão.

Deputados do PCP visitam o Algarve

Carlos Brito e Margarida Tengarrinha, deputados do PCP, realizam nos dias 24, 25 e 26 do corente mês uma série de contactos, visitas e reuniões com a Comissão Coordenadora dos Moradores da Ria Formosa e com agricultores da zona de Paderne (Albufeira). No dia 26, visitam elementos do património histórico e cultural de Castro Marim e Alcoutim.

Novo CT do Barreiro

Está marcado para o próximo dia 25 deste mês um plenário de quadros comunistas do concelho do Barreiro para discussão de questões relacionadas com a «pró-Centro».

A construção está agora na fase final e, como nos foi referido pela organização, impõe-se presentemente um esforço e uma colaboração reforçada para que a campanha termine com êxito pleno. Vamos todos dar uma ajuda!

«O PCP, tal como sucedia na época da ditadura fascista, também hoje está inteiramente convosco e com a vossa luta e não poupará esforços em defesa das vossas justas reivindicações»

O PCP COM OS OPERÁRIOS DA INDÚSTRIA NAVAL

Vibrante comício na Cova da Piedade

«Ante o veloz agravamento da situação do País e as ainda mais negras perspectivas que se desenham, a demissão do Governo Mário Soares/Mota Pinto torna-se um urgente imperativo nacional», afirmou sábado na Cova da Piedade Octávio Pato, da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, acrescentando que a demissão do Governo PS/PSD «não provocará a desordem do País até porque é o próprio Governo que está a lançar a desordem e o caos». As afirmações foram produzidas durante um comício promovido pela Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP, na sequência da firme luta que tem vindo a ser travada pela classe operária e os trabalhadores da região, nomeadamente na indústria naval.

O comício realizou-se frente às instalações da SFUAP, tendo a multidão ocupado por várias dezenas de metros toda a faixa de rodagem e os passeios da estrada para Cacilhas. Na memória de todos, estava ainda a violenta carga policial que dias antes se abatera sobre os trabalhadores concentrados junto à Ponte 25 de Abril.

Intervieram em primeiro lugar membros dos secretariados das células do PCP das empresas da indústria naval, que denunciaram a situação no sector e recordaram as sucessivas propostas dos trabalhadores para a solução dos problemas, às quais os governos de direita têm feito orelhas moucas. De tudo o que se disse, ficou bem patente quem está interessado em sair da crise, e quem aposta no aprofundamento desta para assim tornar mais fácil o retorno dos capitalistas...

Discursou também uma camarada da Cooperativa 1.º de Maio, manifestando a solidariedade dos trabalhadores da Reforma Agrária para com os operários industriais em luta.

O vibrante comício foi uma prova da determinação e da combatividade dos que, mesmo vivendo com grandes dificuldades (salários em atraso, etc.), sabem que na luta de massas está a chave de uma solução democrática para os problemas nacionais. Foi também mais um testemunho de que, como o disse Octávio Pato dirigindo-se à assistência, «o PCP, tal como sucedia na época da ditadura fascista, também hoje está inteiramente convosco e com a vossa luta e não poupará esforços em defesa das vossas justas reivindicações».

Que «milagre»?

Referindo-se no início do seu discurso à situação económica do País e designadamente ao facto de o Governo se vangloriar da redução do défice da balança de transacções correntes, Octávio Pato declarou que «à redução transitória daquela balança poderíamos chamar a política do que faz que anda mas não anda. Aliás este passe de mágica já foi dado nos anos de 1978 e 1979, em que os défices externos diminuíram em consequência de uma política negociada com o FMI. E quem pagou naturalmente a factura do falso sucesso foi o povo trabalhador que viu cair os salários reais, viu o desemprego aumentar, enquanto o sector nacionalizado foi obrigado a investir menos e a estancar projectos de grande interesse nacional e as empresas privadas, sobretudo pequenas e médias, tiveram de suportar o encarecimento e o corte do crédito bancário. Entretanto o que se verificou?», perguntou O. Pato — acrescentando depois: «Foi a subida vertiginosa de todos os défices nomeadamente o salto alarmante da nossa dívida externa. No fundo o que sempre se procura com estas medidas são apenas resultados políticos de fachada».

Sublinhando que «a grande preocupação do Governo não é resolver os grandes problemas do País» mas «destruir as nacionalizações» e «liquidar o sector empresarial do Estado», Octávio Pato lembrou que «aliás a táctica dos sucessivos governos da "AD" e agora do Governo PS/PSD tem sido fazer uma gestão ruinosa das empresas públicas para depois afirmarem, como há pouco o fez Ernâni Lopes (e como já o havia feito Freitas do Amaral), que "empresas que se verifique não serem economicamente viáveis, devem ser eliminadas"». Octávio Pato concluiria as suas referências à situação económica dizendo que «a estagnação económica e a degradação das condições de vida dos portugueses, eis o segredo do "milagre económico" do PS e do PSD».

> **Octávio Pato:** a demissão do Governo PS/PSD «não provocará a desordem do País até porque é o próprio Governo que está a lançar a desordem e o caos».

No comício da Cova Piedade também esteve presente a solidariedade dos trabalhadores da Reforma Agrária para com os operários industriais em luta

Corrupção e repressão

Abordando depois a questão da corrupção e após ter referido diversos casos já ventilados pela comunicação social sem que o Governo tenha feito alguma coisa, Octávio Pato afirmaria que «quando existe tamanha tolerância, ante uma tão grande corrupção, é-se forçado a concluir que não há apenas falta de vontade política, há também e principalmente, conivências que não se querem acabar ou pôr a descoberto», acrescentando que «a verdade é que a corrupção gera corrupção. E como não existe vontade de lhe dar combate (pois se ela está instalada no próprio Poder), se o Governo não for rapidamente demitido, a corrupção e o saque que campeiam no País, aumentarão mais e mais».

Depois de ter denunciado as intenções governamentais que presidem ao objectivo da criação de «serviços de informações» e de ter enumerado numerosas intervenções repressivas contra os trabalhadores, Octávio Pato afirmaria: «Quando os trabalhadores lutam para defender os seus direitos, o Governo utiliza a repressão. Entretanto permite que mais de 150 000 trabalhadores, de 425 empresas, estejam meses e meses sem receber salários; permite que centenas de empresários não paguem à Previdência os descontos que fizeram aos trabalhadores (...), recusa-se a cumprir 200 acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo favoráveis aos trabalhadores da Reforma Agrária». A respeito da actuação repressiva do Governo Octávio Pato lembraria ainda que «os efectivos das várias forças policiais são já hoje superiores aos efectivos do Exército. Portugal está já à cabeça da Europa em polícias "per capita": um por 220 portugueses, enquanto a média na Europa capitalista se fica em um por 400 habitantes».

Aludindo noutra parte do seu discurso às contradições, choques, conflitos e dificuldades no Governo e entre os partidos da coligação, Octávio Pato acentuaria que «se é certo que a questão da lei do aborto provocou atritos, se é certo que o PS tal como o PSD têm feito mútuas cedências, o que ressalta é que Mário Soares e Mota Pinto (com os grupos respectivos que chefiam o PS e o PSD) não se pressionam antes se ajudam mutuamente na défesa da mesma política». Depois de enumerar numerosos objectivos e medidas em que M. Soares e M. Pinto estão conjuntamente empenhados, Octávio Pato afirmaria que «por isso se pode concluir que apesar dos aliardos que por vezes fazem (...) ambos se esforçam por manter a actual coligação, ambos estão conluiados para tentarem uma candidatura única do PS/PSD às eleições presidenciais, como igualmente estão tentando realizar o velho e falhado plano da "AD" de aliarem à maioria parlamentar e ao Governo um presidente da República da coligação. Colocar Mário Soares como presidente da República e Mota Pinto como Primeiro-Ministro é o sonho que ambos ambicionam realizar».

Presidenciais: que candidato?

Anotando que «a convicção de que a actual solução governativa fracassou (e que a sua continuação lançaria o País na ruína, no caos e na indigência) é uma ideia aceite pela generalidade dos patriotas esclarecidos e consequentes» Octávio Pato diria que «apesar disso, muitos democratas com responsabilidades políticas dizem ou pensam que por agora não há alternativa política à actual coligação. A aceitação desta tese conformista, que é fomentada pelo próprio Governo, estimula a inoperância e a passividade de certas pessoas. Nuns casos, tais ideias significam incoerência ou falta de clareza política. Mas noutros casos representam cumplicidade objectiva com os que alimentam a ilusão de uma reconversão do grupo dirigente do PS de Mário Soares».

A este respeito Octávio Pato destacaria que «os trabalhadores, as camadas sociais e as forças democráticas que se opõem à pólitica do actual Governo são manifestamente mais poderosas que as forças que o apoiam» pelo que existem «todas as condições para pôr termo à presente solução governativa e iniciar uma nova solução em conformidade com as instituições e as potencialidades do regime democrático».

Referindo-se depois à questão das presidenciais assinalaria que «a criação de condições que assegurem a designação de um candidato (...) para derrotar os presumíveis candidatos de direita (seja M. Soares, Mota Amaral ou outro qualquer) e capaz de reunir à sua volta um largo apoio social e democrático, é uma urgente tarefa que se interliga com a luta por uma imediata alternativa política democrática».

Considerando que neste campo «se assiste a variadas manobras das forças de direita e a grande irrealismo em alguns sectôres democráticos, mas manobras e irrealismo que se conjugam para retardar ou impedir uma acertada solução», Octávio Pato disse que seria falta de realismo político «escolher como candidato democrata às eleições presidenciais individualidades (civis ou militares) que não obtenham o consenso e o apoio para serem eleitos à Presidência da República».

Octávio Pato preveniria ainda que «não é por fruto do acaso que certa imprensa está a encomendar sondagens largamente publicitadas lançando nomes de eventuais candidatos democratas sem possibilidades reais de serem eleitos», acrescentando ainda: «Não pomos em causa a respeitabilidade nem tão pouco a consideração que nós próprios temos por algumas das pessoas sugeridas como eventuais candidatos mas a questão que às forças democráticas se impõe resolver é a escolha e designação de um candidato à P. R. para vencer o candidato ou candidatos da direita e não um candidato para ser derrotado e permitir a vitória da direita».

Distrito Po

REUÃO SOB A

Durante uma reunião d rito do Por trabalho nas autarquias a no último Centro de Trabalho da dade Invicta, Costa, membro da Com e do Secreta Comité Central do PCP diversos aspe situação política e econ e à acção d em relação às autarqu

Sobre a política de ão a aumenta ção do Governo PS/PSD ões ainda mai los Costa afirmou a «Aliás, foi o P altura: rtido que alert «O aumento das rend ngresso, que casa que o Governo pr nos devem se agora impor permite um eis comportáve vamento das rendas que dução tem de atingir 1500 por cento em ses sólidas, anos, no que toca às do, garantem q antigas. Quem mais va o é continuada se tal crime for consumado não inviabiliz rão as portuguesas e por gurem, o des ses com menores rec nómico e soci muitas vezes reformados «Não foi isso sionistas e idosos, que 1983. A redu garam rendas toda a v externos fico quem é, na imensa mai damentalment

> **Carlos Co** é que as sas públicas são deficitárias peráveis (na bo o) e serão óptimas e lucra s se forem das aos monopo hilagre é est

casos, totalmente imp importações. suportar tais aumentos nham sido sub «O Governo propag dução nacion muito o crédito para amente à custa casa própria. A verdade nómica, da qu para beneficiar das mento, das falê condições possíveis de esas e da dim uma família não pode poder de com nhar mais de 40 con eses. Isto é: f comprar uma casa de séria, do empob 2800 contos, que ter ais, da degrada muito pequena e bem produtivo na Lisboa ou do Porto. Magnifica que no fu mo supondo que estava como já suced condições ideais, essa steriores a 197 teria de arranjar 140 ternos voltarão para a entrada, mais veis cada vez m zenas para escritura e grossando a div e ainda assim ficaria a eudando o P cerca de 17 contos por ais, às multina primeiro ano, com perialismo». nos anos seguintes». E concluiu Car

Comentando as noti inal, o sucesso que em 1983 o Governo o Governo é de ziu os débitos externos País e para os p que já controla a divida redução duradou na, o que, segundo o Go externos só é p seria exemplo da recu a política patri económica do Paós, nto da produção Costa afirmou: e aproveite os

«Não houve nenhum nais, que reduz Pelo contrário. É certoões supérfluas, défices das balanças c minosas fugas d e de transacções corre lhore as condiç minuíram em 1983. Ma s portugueses». os indicadores econ Relativamente a acusam profundo agrav e recentemente decrescimentos da pro dos pelo ministr do investimento, aume sobre as emp desemprego e da infla s, disse Carlos lências em série, nova «O que na verd dos salários reais e d é que o Gover de compra dos portugu parar para tent própria dívida externa a sem preced tou, apesar da venda d empresas p de 70 toneladas de ou o, coloca nas «Isto é, apesar da r ruptos ou hom daqueles défices exter grande capital ram agravadas todas a dir dinheiro a causas pelo que os def uito mais caro d

Juventude

VI Assembleia dos estudantes d P na União Soviéti

Decorreu recentemente em Krasnodar a VI Assembleia d balho político organização dos estudantes do PCP na União Soviética ssa organiza iniciativa realizou-se nas instalações da Universidade Es As intervenç de Kuban, naquela cidade, e contou com a participação sembleia e como convidado, do camarada João Fonseca, membro rovada traçam suplente do Comité Central do PCP. da actividade o. Delas se co

Em ambiente de alegria e confiança, foi analisada a actividade desenvolvida desde a V Assembleia da organização e apontaram-se as perspectivas para o trabalho futuro.

«Dentro do quadro geral da actividade do Partido e da luta do povo português – afirma-se na resolução aprovada –, o objectivo central da organização é a formação de quadros técnicos e científicos b mados e competentes quadros políticos activ parados e dedicados».

«As questões acade lê-se mais adiante naq cumento – e o aprovei máximo das condições proporcionadas aos est na URSS saem dos li dividuais de cada milita passarem a ser uma f

***Está marcado para o próximo domingo o 3.º Enco Distrital de Leiria da Juventude Comunista Portuguesa. Os trabalhos decorrerão na vila operária da Mar Grande sob o lema* «Defender Abril, Reforçar a JCP».**

...o Porto

...ÃO DE QUADROS ...BE AUTARQUIAS

se obtido em Portugal, descapitaliza as empresas e depois diz que elas se encontram numa má situação financeira... o que o Governo pretende é, através de números parciais, alguns não fundamentados, que só por si nada dizem, tentar justificar o desmembramento de empresas públicas e a sua venda, ao desbarato, ao grande capital nacional e internacional. Porque é que as empresas públicas são agora más, deficitárias e irrecuperáveis (na boca do Governo) e serão amanhã óptimas e lucrativas empresas se forem oferecidas aos monopolistas? Que milagre é este?

«O Governo diz que o Estado não tem dinheiro para meter nas empresas públicas e que não há crédito bancário para essas empresas. Mas então se essas empresas fossem reprivatizadas, contra a Constituição, já haveria crédito bancário? E sobre a questão dos dinheiros públicos, a verdade é que o Estado lhes tira muito mais do que lhes dá. Mesmo sem falar nos impostos pagos pelas EP's, o Estado foi tirar-lhes aos lucros 37 milhões de contos em 1983 e prevê ir lá buscar mais de 52 milhões de contos em 1984.

Enfim, os governos de direita têm transformado as EP's em «vacas leiteiras» ao serviço do grande capital. Mas agora já não querem apenas o leite que elas dão. Querem também as vacas».

A reunião de quadros sobre o trabalho nas autarquias locais contou com a participação de mais de 250 camaradas, quadros e responsáveis desta frente, eleitos dos diversos órgãos autárquicos dos municípios e freguesias da área da ORP. De forma viva e aprofundada, as intervenções reflectiram a riqueza do trabalho realizado, focando entre os seus múltiplos aspectos o papel decisivo da APU na luta e nas vitórias já alcançadas relativamente às tarifas de energia eléctrica, na campanha de limpeza da cidade do Porto, no domínio da habitação nos concelhos de Gondomar e da Maia, e em dezenas de freguesias, como por exemplo Ermesinde (Valongo) e Campanhã (Porto), onde nitidamente se destacam as actividades culturais e desportivas realizadas no âmbito dos pelouros da responsabilidade da APU ***(na foto a Mesa que dirigiu os trabalhos)***

Plenário da Distrital de Évora aprova plano de acção

- **Mais de 10 mil trabalhadores no desemprego**
- **Em muitas vilas e aldeias, a miséria e a fome são já uma realidade que faz lembrar os negros tempos do fascismo**
- **Salários em atraso abrangem cerca de 30 empresas**
  A dívida aos trabalhadores atinge já mais de 30 mil contos
- **Prossegue a ofensiva contra a Reforma Agrária**

Reuniu no passado sábado dia 18, o Plenário da Comissão Distrital de Évora do Partido Comunista Português, que discutiu e aprovou o plano de trabalho e o orçamento para o ano de 1984 e analisou a situação política, económica e social do distrito.

O plano de trabalho, elaborado na base dos planos aprovados em todas as Comissões Concelhias do distrito, e em cumprimento das conclusões do X Congresso do PCP, aponta para o reforço da organização do Partido, designadamente nas empresas industriais e agrícolas do distrito e nas frentes de trabalho mais importantes, com destaque para o **Poder Local Democrático** e a **Reforma Agrária.**

A Comissão Distrital marcou para Dezembro a realização da primeira Assembleia de Organização do Distrito de Évora e aprovou a realização de 6 Assembleias de organizações concelhias e outras de freguesia, células de empresa e de sectores profissionais.

A Comissão Distrital de Évora do PCP constatou as desastrosas consequências para o distrito, da política do governo PS/PSD, cuja exigência de demissão é um imperativo nacional que encontra eco nas mais largas camadas da população do distrito.

O Governo acelera a ofensiva contra a Reforma Agrária, com a tentativa de demarcação de novas reservas, com a exigência do pagamento de dívidas ao CAE (mas recusando-se a pagar os mais de 17 milhões de contos que deve à Reforma Agrária) e agora com o lançamento de um novo «inquérito» à vitalidade das UCP's/Cooperativas – refere o PCP, que acrescenta:

Não satisfeito com o corte de verbas destinadas às autarquias locais para o ano de 1984, impedindo assim a realização de muitas obras que as populações desejem e esperam, o Governo insiste na aprovação de uma série de legislação, conhecida por «pacote autárquico», cujo objectivo é cercar ainda mais a autonomia e a capacidade de realização dos órgãos do Poder Local.

Mantém a degradante situação dos trabalhadores com salários em atraso, que no distrito abrange 29 empresas cuja dívida aos trabalhadores atinge já a verba de **mais de 30 mil contos.**

Assiste-se à constante degradação das condições de vida da população, cujo mais recente exemplo é o do aumento dos combustíveis que em breve se reflectirá nos produtos e bens essenciais, ao agravamento das condições do acesso dos serviços de saúde, à degradação do ensino, etc.

Em consequência desta política continua a aumentar o desemprego (mais de **10 000 trabalhadores no distrito) e em muitas vilas e aldeias, a miséria e a fome são já uma realidade que faz lembrar os negros tempos do fascismo.**

Incapaz de fazer aceitar a sua política antipopular, o Governo deita mão cada vez mais à repressão, quer através da crescente utilização das forças repressivas quer lançando uma ofensiva contra as liberdades dos trabalhadores (depois da «Lay-off» é o Estatuto da Função Pública e dos Bancários e prepara já uma nova lei de greve).

Perante esta situação, a Comissão Distrital de Évora conclui que é através da luta dos trabalhadores que será possível pôr termo a esta política e criar as condições para uma nova política de resolver os problemas do País.

Por isso, a Comissão Distrital de Évora do PCP manifesta o seu apoio às jornadas de luta dos trabalhadores que estão previstas para breve, como é o caso da Semana de Luta pelo direito ao trabalho que terá lugar de 20 a 25 deste mês e cujo ponto alto é a Marcha Contra o Desemprego, a Miséria e a Fome nos dias 24 e 25 e que terminará com uma concentração em Évora, no dia 25, acompanhada de greve no sector agrícola. A Jornada de Luta em Defesa da Reforma Agrária marcada para o próximo dia 2 de Março é apontada como outra acção importante.

Por outro lado, as comemorações do X aniversário do 25 de Abril que estão em preparação por todo o distrito, deverá constituir uma importante Jornada em Defesa das Conquistas de Abril, para o qual a Comissão Distrital chama todos os militantes comunistas, os democratas e o povo do distrito de Évora a participar activamente.

Por fim, a Comissão Distrital de Évora do PCP decidiu empenhar todos os esforços e apelar à participação dos membros do Partido na Jornada Nacional do PCP a realizar nos dias 23, 24 e 25 de Março em todo o distrito, com distribuição de documentos, contactos com as populações, realização de sessões e colóquios e outras acções de informação e esclarecimento.

FARO: um retrato dos problemas que afectam o concelho

- **Todos os sectores da população atingidos pela política do Governo PS/PSD**
- **A Habitação, o Hospital Distrital e a Câmara – que se passa?**

Com a participação de mais de uma centena de camaradas, decorreu no último fim-de-semana uma reunião plenária da organização concelhia de **Faro**. Além de um debate sobre vários aspectos da actividade do Partido, questões de organização e ainda de assuntos relacionados com o trabalho unitário e a situação da CM, a reunião aprovou um plano de acção para o ano em curso e um documento que, de forma muito objectiva, dá uma panorâmica da situação que actualmente se vive no concelho de Faro.

«Todos os sectores da população – sublinha o documento – se sentem atingidos» com a política do Governo PS/PSD, que nada resolve e tudo agrava:

• **A classe operária** e os **trabalhadores** lutam contra medidas que põem em causa o seu posto de trabalho, o seu salário e as suas condições de vida. Aumenta a insegurança e a instabilidade, a lei dos despedimentos é uma ameaça constante.

• No **comércio**, os trabalhadores lutam contra a alteração do seu horário de trabalho, pelo direito à «semana inglesa».

• Os trabalhadores dos **Sindicatos da Frente Comum, Professores, Função Pública,** Administração Local, Enfermeiros e Médicos, continuam a sua luta para levar o Governo à negociação, depois da greve de 3 de Fevereiro.

• O **desemprego** e os **contratos a prazo** também se fazem sentir na população de Faro, atingindo particularmente as mulheres e os jovens.

• **Os comerciantes** e **industriais** vêem agravar-se a sua situação. Os aumentos dos impostos e das rendas comerciais e a diminuição do poder de compra dos trabalhadores criam sérios problemas à sua actividade, podendo levar muitos deles à falência.

• Os **agricultores** vêem-se a braços com sérias dificuldades motivadas pelos aumentos brutais dos combustíveis, sementes e adubos, a que se juntam entraves de toda a ordem para escoarem os seus produtos a preços compensatórios.

Referindo-se aos «aspectos sociais» mais em foco na zona de Faro, a organização do Partido sublinha:

«A habitação constitui, no nosso concelho, um dos mais graves problemas. Muitas famílias vivem em situações degradantes. Os jovens casais defrontam-se com grandes dificuldades no acesso à habitação.

«As obras da carreira de tiro, embora importantes, estão longe de resolver as carências de habitação da cidade, situação agravada pelas dificuldades que têm surgido na sua execução.

«O Governo PS/PSD tão preocupado em aumentar as rendas das casas, não se preocupa entretanto com a situação do bairro da Atalaia, onde se continuam a degradar os blocos do Fundo de Fomento, há muito tempo por concluir. É urgente tomar medidas para acabar estas obras.

«A falta de apoios do Governo e as dificuldades colocadas por este à acção das cooperativas de habitação social tem sido um travão à acção das cooperativas do concelho («Cobital», «Bons Camaradas») que não conseguem assim ver avançar os seus planos de construção, o que permitiria minimizar alguns problemas.

A população de Faro, apesar de ter à mão um hospital distrital, que reúne boas condições hospitalares, não encontra nele soluções para os seus problemas, como não encontra através dos outros serviços de saúde existentes.

Dificuldades financeiras, erros de gestão e administração presentes no Hospital de Faro, a que se ligam guerras intestinas, nem sempre claras quanto aos seus reais objectivos, acentuam as dificuldades e carências existentes e lançam a desconfiança em largos sectores da população quanto à qualidade dos serviços aí prestados».

> Os comunistas de Faro apontam no seu Plano de Actividades medidas importantes para, juntamente com a classe operária, os trabalhadores e a população em geral, encontrarem soluções para evitar que a situação piore, para vencer a crise e lutar por uma outra política e outro Governo.
>
> O PCP é a força política com maior capacidade de intervenção no concelho e aquela que mais luta pela defesa dos direitos do Povo. É o único grande partido que defende e segue os ideais de Abril.
>
> O PCP aumenta no concelho a sua influência, alarga a sua organização, ganha cada vez mais confiança das massas populares.
>
> Continuam a entrar no Partido novos militantes, homens e mulheres atraídos pelas posições claras e pelas propostas justas do PCP para a solução dos problemas em todos os sectores da vida nacional.

Gestão autárquica: a situação da CM

Sobre o funcionamento da Câmara Municipal de Faro, que tem assistido «a uma instabilidade crescente», que a coloca numa «situação grave e difícil», a reunião da organização do PCP destacou os seguintes aspectos:

«À má gestão autárquica praticada em 1976 pela maioria PS seguiu-se, depois no mesmo caminho, a ex-AD. Aos sucessivos erros de gestão juntam-se agora as posições dos vereadores do PS que na Câmara desenvolvem uma actuação pautada pela irresponsabilidade e desejo de poder. Os recentes pedidos de suspensão dos seus mandatos confirmam esses propósitos. Saindo da Câmara, os eleitos do PS mostram claramente que o que os move não é a vontade de enfrentar os problemas e a luta pela sua solução, mas antes a sede do poder.

«O PCP alerta ainda a população do concelho para a irresponsabilidade da conduta dos eleitos do PS e PSD/CDS, que numa atitude de total desprezo pelos interesses da população (que dizem defender), através de demissões e renúncias consecutivas aos cargos para que foram eleitos ou se candidataram, estão a caminhar para o esvaziamento completo das suas listas eleitorais.

Será que é assim que se respeita o voto popular? Será que é assim que se honram os compromissos e promessas feitas em campanhas eleitorais?

A APU, única força verdadeiramente empenhada na solução dos problemas, mantém os seus dois vereadores eleitos em funções desde o início do mandato, dando à população garantias de, com o seu trabalho e competência, continuarem a defender os direitos da população e o progresso do concelho.»

Ria Formosa

Sobre a «questão Ria Formosa», **salientou a reunião de quadros comunistas do concelho de Faro:**

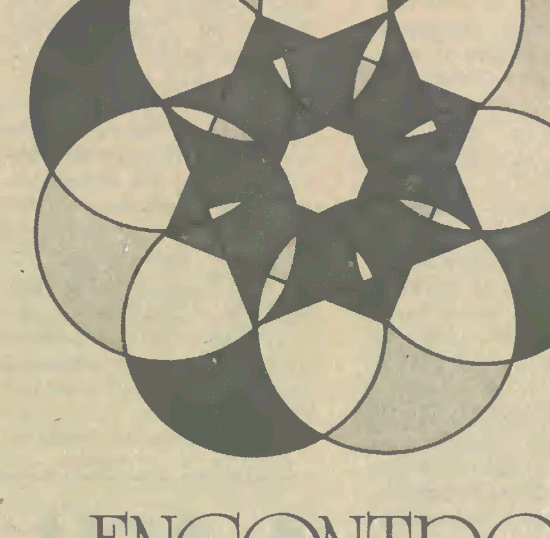
«A luta dos moradores da Ria Formosa, com o apoio e participação da população, opondo-se às medidas do Governo Mário Soares/Mota Pinto para demolir as casas nas ilhas, tem demonstrado, em varias acções de massas a sua disposição de defender e preservar a Ria Formosa.

«A posição do PCP foi desde sempre defender e perservar a Ria Formosa. Entendendo que defender a Ria é defender as suas riquezas como património económico, ecológico e cultural.

«Está nas mãos da população defender este património. Para tal, é fundamental manter e perservar a unidade, reforçar a vigilância em relação às medidas que o Governo pretende implementar, reforçar e continuar a luta. Só assim os interesses da população poderão ser defendidos».

Mais de uma centena de camaradas na reunião plenária da organização concelhia de Faro

25 FEV. 84
CENTRO DE TRABALHO
ALFAMA



ENCONTRO DISTRITAL
sobre a frente da
INFORMAÇÃO
e
PROPAGANDA

ORGANIZAR PARA
INFORMAR E ESCLARECER
BATALHA DE TODOS OS DIAS

SIP/DORL do PCP

Promovido pela DORL do PCP vai realizar-se no próximo sábado, no Centro de Trabalho de Alfama, em Lisboa, um Encontro Distrital sobre a frente de ***Informação e Propaganda,*** *que reunirá camaradas que, de uma forma ou outra, trabalham directamente nessa importante frente e os que integram organismos de direcção no âmbito da DORL. Estarão, pois, presentes membros das SIP's, camaradas ligados à distribuição e venda da Imprensa do Partido, às bancas, aos carros de som, etc., e ainda responsáveis concelhios, de sector e de organismos.*

O Encontro tem como ordem de trabalhos um debate sobre questões de organização e informação e propaganda, culminando com uma intervenção de encerramento pelo camarada Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do Partido.

Antecedido por várias reuniões preparatórias sectoriais, nomeadamente na Amadora, Loures-ocidental e Função Pública, este Encontro tem o seu início marcado para as 9 e 30, terminando por volta das 18 horas. No CT de Alfama será preparado um serviço de refeições rápidas para os participantes na iniciativa.

Poder local

Eleições no Redondo

APU constrói, PS/PSD derruba os eleitores decidirão

É já no próximo domingo a eleição antecipada para a Junta de Freguesia do Redondo, concelho do mesmo nome, distrito de Évora, assunto a que dedicámos uma reportagem no «Suplemento» da nossa última edição. O acto eleitoral surge na sequência de uma manobra do PS e do PSD encetada logo em Janeiro de 1983, quando da tomada de posse da Assembleia de Freguesia e eleição da respectiva Junta, e que consistiu na sistemática ausência das reuniões de AF dos representantes eleitos (e depois dos suplentes das respectivas listas) destas duas forças políticas, o que conduziu à queda da autarquia. Como alvo, a APU.

A manobra – pois disso se trata – nasceu de careca à mostra que é como quem diz, era tão grosseira que se via logo onde queria chegar: à queda do executivo da Junta (liderado pela APU) e às consequentes eleições antecipadas. Tudo para «experimentar» a operacionalidade do «bloco central» no Alentejo e numa autarquia tradicionalmente comunista. Visando mais longe, pois claro, ou seja: prometendo novas experiências «derrubadoras» caso se saiam bem desta.

Se o recorte democrático da operação é a todos os títulos exemplar (já que nisto de democracia, segundo os «abrangentes» PS/Mário Soares e PSD/linhas várias, só vale a pena com «os outros» democraticamente imobilizados, mesmo que para tal se contrarie a vontade expressa do eleitorado), mais exemplar ainda é a justificação apresentada pelos «derrubadores» do Redondo: a ignorância da lei. Exacto! A ignorância (deles) assumida como matéria impugnatória de actos legais onde **todos** votaram, assinaram e se lavrou acta!

A situação é tão absurda que a população acabaria por ser, de certo modo, colhida de surpresa pela novidade. É que a Junta, apesar de ameaçada a prazo, continuaria a trabalhar só com os elementos da APU – obviamente consciente de que as populações não deveriam ser prejudicadas pelos jogos políticos de forças apenas interessadas nisso mesmo: os jogos políticos. E como a Freguesia funcionava no que de essencial define uma acção autárquica – ou seja a pléna laboração dos seus órgãos executivos – ninguém suspeitaria que, nas sistemáticas ausências dos elementos PS e PSD, se tecia a queda da Junta.

Seria a própria APU a alertar as populações para o facto, já que nem para isso o PS e o PSD no Redondo organizaram energias. Esgotaram-nas todas no derrube da autarquia (para a qual, de resto, também haviam sido eleitos pela população). Utilizando a maioria tangencial que, juntos, possuíam na Assembleia de Freguesia, com cinco lugares cada contra os nove da APU (maioria relativa).

Está à vista de toda a população do Redondo o «trabalho autárquico» do PS e do PSD: o derrube do respectivo órgão, decidido mesmo antes de este começar a funcionar. Tudo para impedir o trabalho de quem a ele nunca virou a cara – a APU.

No próximo domingo ver-se-á mais uma vez, no Redondo, como não é rentável a demagogia e a obstrução pela obstrução, contra a limpidez de processos e o empenhamento cívico de quem se candidata a cargos públicos para servir, e não para se servir. Ainda que só politicamente.

Lisboa, falência à vista

Foi já há mais de uma semana — notícia para os (raros) jornais do dia que lhe deram cobertura — mas é bom que fique também ao menos apontado nestas páginas. Aconteceu, de facto, que os cinco vereadores da APU na Câmara de Lisboa = 27% dos votos, i.e., um pouco mais que um-em-cada-quatro-eleitores de Lisboa, deram uma conferência de imprensa para falar do «governo» da cidade. Da cidade de Lisboa, a capital, que por suas próprias virtudes e virtude e defeito dos homens é coração deste nosso país — grande, bom e doente como todo ele.

Alfredo Moura, Rui Godinho, Silva Graça, Anselmo Aníbal, Fernando Torres. São os vereadores. Vivem a Câmara todos os dias, conhecem os seus problemas e os da cidade, não desistem de defender «os interesses legítimos e justos» da sua população. Em 1981, respeitando aos grandes problemas da cidade, apresentaram 71 propostos devidamente fundamentadas. Insistem na «cooperação franca e leal» com todas as outras forças políticas. Apesar de não terem pelouros, o que a sua representatividade e provada competência legitimária, não bloqueiam: em 1983, votaram a favor 123 propostas levadas à reunião de Câmara que na opinião da APU servem a cidade e os seus habitantes.

No entanto, das decisões «decisivas» que possam imprimir um novo rumo à vida da cidade, ficam arredados: da gestão dos seus recursos financeiros e humanos, da delimitação das necessidades infra-estruturais prioritárias, dos equipamentos sociais que urge. E da habitação: o parque degradado, a falta de casas — e os empreendimentos-burla e criminosos do ponto de vista urbanístico: o Saldanha, as Amoreiras, o Alto do Lumiar, o Centro dos Olivais. O objectivo do CDS/PSD/PS, dizia Alfredo Moura, «é *transformar Lisboa numa floresta de cimento* com os valores completamente invertidos: o centro são as torres, os centros comerciais gigantes, os dormitórios, os aglomerados de caixotes sem qualquer equipamento social, *que o homem deve servir*. Pelo caminho vai-se especulando com os terrenos, empreitadas, permutas que permitem bons negócios e boas fortunas para muita gente».

Mas como é afinal possível que num órgão colegial como a CM de Lisboa, eleita por sufrágio directo, com 7 vereadores da «AD», 5 do PS e 5 da APU, não possa vingar aquilo que é, a cada intervenção e fundamentada, a contraproposta da APU: «a cidade a servir o homem, a humanização do espaço urbano, a recusa da terciarização exclusiva das zonas mais nobres de Lisboa, a defesa das características próprias do nosso espaço e do nosso estilo de viver», como foi dito na conferência de imprensa?

Vivemos em Portugal-84, sabemos porquê.

Abecasis e a «AD», que perdeu há mais de um ano a maioria absoluta, chegou a ser de início ameaçado pelo PS, que confiaria possivelmente mais no bloco central e que foi apoiando algumas iniciativas da APU, permitindo por exemplo a suspensão de projectos tão obscuros como o viaduto da Av. das Forças Armadas, a Central de Camionagem do Areeiro e o projecto Hilton. Hoje, porém (a política da «AD» serve-lhe...), frequentemente acomodado numa abstenção que aparentemente não compromete, o PS é um aliado fiel «e começou a aprovar todas as operações especulativas e negociatas que vinham esboçadas» do anterior executivo.

São, pois, em primeiro lugar, questões de ordem estritamente política.

Mas são também, e no domínio do principal, questões de gestão, financeira e de recursos, que o elementar bom senso de uma dona de casa vulgar criticaria à primeira. Assim é que, por exemplo, espoliada como todas as autarquias pelo não cumprimento da Lei de Finanças Locais, o Orçamento da Câmara nasce com um «buraco» de um milhão e duzentos mil contos. Porque esta é a diferença entre a receita e a despesa — sendo que, na despesa, mais de 6 milhões de contos se destinam a cobrir o funcionamento corrente, cerca de um milhão e meio pagarão dívidas e os restantes menos-de-1-milhão-e-setecentos-mil taparão «compromissos».

Como dizem os vereadores, é o défice impossível de ocultar... só «para não fazer nada»... Em 85, atingirá 6,7 ou 8 milhões.

«Tapá-lo», como? AD/PS têm «soluções»: vão continuar a alienar património da cidade por tuta e meia e vão — claro! — fazer-se pagar pelos seus habitantes. Rui Godinho já alertara na conferência de imprensa: existe já um estudo preliminar sobre o lançamento de uma taxa de esgotos, a pagar por cada fogo — e a isso voltaremos —, que em cinco anos poderá passar de 400$00 a 2500$00. Mas já esta semana (e a APU reprovou-o) foram aumentadas taxas e licenças em valores que atingem os 100%, ou mesmo, no caso de alguns feirantes, 400%.

É inegável que *Lisboa precisa* (mesmo) *de uma Câmara APU.*

Tarifas em Gaia equiparadas às do Porto

Saudada com gritos de «Vitória!» por dezenas de habitantes de Vila Nova de Gaia presentes no momento em que foi anunciado o resultado da votação, a Assembleia Municipal daquele concelho decidiu equiparar ali o tarifário de electricidade ao que recentemente foi aprovado no Porto.

Como sublinhou então um eleito da APU, a decisão foi possível graças à capacidade de «exercer o Poder Local independentemente dos interesses partidários», que neste caso das tarifas eléctricas no Grande Porto se têm frequentemente e escandalosamente sobreposto aos interesses locais e das populações. De facto, na AM de Gaia, foi possível chegar a um texto consensual, que haveria de ser votado por todos os partidos ali representados.

E merece destaque que o tenha sido mesmo relativamente aos eleitos do PS, que em Gaia votaram contra a aplicação da tarifa nacional ou contra a «aproximação» que vinha sendo tentada, quer em Gaia, quer no Porto, quer ainda noutros concelhos vizinhos.

Narciso Miranda teima em remar contra a maré

Muito a propósito vem, pois, o comunicado da APU de Matosinhos, onde Narciso Miranda continua a notabilizar-se por uma cegueira política que ainda recentemente, prestes a ser votada na AM do Porto uma tarifa por escalões que tem minimamente em conta a situação específica e as reivindicações da população, fez apelo junto do Governo «a medidas ditatoriais e repressivas» que se sobrepusessem à decisão do órgão autárquico.

Como recorda a APU, «Narciso Miranda fez tudo para que a Câmara e a Assembleia Municipal de Matosinhos fossem arrastadas atrás do Governo e aceitassem passivamente brutais aumentos das tarifas; usou de todos os processos e moveu todas as suas influências procurando que as autarquias da região do Porto o seguissem na aplicação dos aumentos impostos pelo Governo; tentou virar a população de Matosinhos contra a população dos restantes concelhos da região».

E, no entanto, a realidade que se lhe opõe é perfeitamente audível, inteligível para quem se diz socialista e como tal foi eleito, e não cessa de se afirmar: são os protestos veementes do povo de Matosinhos, as idas e manifestações de milhares de consumidores junto da Câmara. A tudo faz orelhas moucas: «Narciso Miranda mostra que não quer defender os interesses dos trabalhadores, dos comerciantes e das instituições sociais e culturais de Matosinhos». Narciso Miranda – diz a APU no seu comunicado – «não merece a confiança do povo do concelho – deve demitir-se de presidente da Câmara».

Como nos restantes concelhos do Grande Porto, a APU de Matosinhos defende que todas as autarquias da região reclamem do Governo o reconhecimento da sua situação específica, com correspondência num tarifário adequado, e considera que «o Governo não poderá deixar de aceitar e negociar este princípio». Só o fará, porém, se a luta em Matosinhos continuar – se continuar e se se intensificar.

A APU serve e servirá S. Pedro da Cova!

• Sessão com Carlos Costa

Na noite de sábado realizou-se em S. Pedro da Cova uma sessão da APU, aonde se deslocou e teve oportunidade de intervir sobre numerosas questões da actualidade política e nomeadamente sobre a ofensiva sem precedentes do PS/PSD contra o Poder Local o camarada Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC.

Igualmente presente na mesa e solicitado a intervir durante a sessão esteve o camarada José Alves, primeiro candidato da lista da APU que se apresentará às eleições suplementares em 1 de Abril próximo e ex-presidente da Junta, derrubada no quadro da instabilidade em que o PS e a direita vêm apostando em quase tudo o que é órgão autárquico que não dominem.

A sala da Junta estava cheia e a sessão foi marcada por vivo debate – e também pela grande confiança em que a APU voltará a ganhar. É o resultado esperado, e será um resultado justo: como sublinharia José Alves, «a actuação irresponsável e o desprezo pelos interesses de S. Pedro da Cova manifestados pelos eleitos do PS e PSD ao demitirem-se não foi senão um pretexto para impedir as importantes realizações que a Junta APU tem levado a cabo».

Dessas realizações, José Alves destacou o apoio às colectividades e organizações populares, as mais de 100 toneladas de lixo removidas da freguesia, a limpeza de ruas e valetas, a aquisição de cerca de 80 000 m² de terrenos em Tardariz para autoconstrução e a próxima montagem de 30 casas pré-fabricadas em Belo Horizonte – além das obras feitas nos terrenos circundantes da Igreja, na capela mortuária, nas escolas, nas feiras, o parque infantil, os tanques de lavar, o balcão dos correios, e ainda a regularização de cerca de cinco mil processos dos ex-trabalhadores das Minas.

É um balanço incompleto, que os habitantes de S. Pedro da Cova sabem porém avaliar e apreciar. Porque o seu objectivo não é exactamente «servir as populações», PS/PSD locais tentam depreciá-lo – e na falta de motivos reais inventam falsos pretextos, como foi «o caso da lápide desaparecida» do cemitério, que haveria de justificar a dissolução dos órgãos autárquicos da freguesia.

O caso não é, no entanto, puramente local, como o camarada Carlos Costa teria ocasião de demonstrar durante a sua intervenção:

Um «pacote» contra o Poder Local

O Governo PS/PSD retomou, acelerou e ampliou a ofensiva da «AD» contra o Poder Local democrático – afirmou, sintetizando. **Contrariando as promessas eleitorais do PS, o Governo e os deputados que o apoiam esbulharam as autarquias em 82 milhões de contos, impuseram encargos com o pessoal auxiliar das escolas e a Acção Social Escolar sem os correspondentes recursos e revogaram a parte mais essencial da Lei das Finanças Locais. Não contente com isto, o Governo prepara-se para aprovar mais um conjunto de diplomas altamente desfavorável à democraticidade e autonomia dos municípios e freguesias.**

A revisão da Lei das Autarquias visa alargar o mandato dos eleitos, de modo a evitar eleições, reduzir o número de membros dos órgãos autárquicos, afectando a sua democraticidade e a participação popular e afastando de muitos deles forças localmente minoritárias mas representativas, e diminuir os poderes das Assembleias. A revisão do regime de tutela, pelo seu lado, visa permitir ao ministro da Administração dissolver autarquias cuja composição não lhe agrade, com o pretexto de graves irregularidades.

Se essa tal lei estivesse em vigor...

... A dissolução acarretaria a privação do direito de os membros dos órgãos dissolvidos se voltarem a candidatar, independentemente de contra eles nada se provar».

O caso actual de S. Pedro da Cova seria, nesse aspecto, exemplar. Eis o quadro traçado por Carlos Costa:

«Imaginemos que este projecto de decreto-lei, apesar de inconstitucional, já estava em vigor. O dirigente do PS que de momento exerce as funções de ministro da Administração Interna dissolveria a junta de S. Pedro da Cova com um pretexto qualquer. O PS e o PPD ficariam assim dispensados do «trabalho» de derrubarem a Junta. Ainda por cima, os actuais eleitos da APU ficariam privados por uma decisão do ministro de voltarem a concorrer nestas eleições, facilitando o golpe antidemocrático ao PS e ao PPD.

Este projecto é da autoria de Ângelo Correia, do tempo em que era ministro de um governo da "AD". Mas é significativo que seja um ministro do PS a querer levá-lo para a frente, fazendo seu um projecto de inspiração abertamente fascizante.»

Pequena agenda do Poder Local

Encontro na Azambuja — No próximo domingo e no quadro de uma série de encontros, quer da APU, quer do PCP, para discussão do trabalho autárquico no distrito de Lisboa, suas tarefas e perspectivas, realiza-se na Azambuja, com início às 10 horas, um encontro concelhio. Nas últimas duas semanas realizaram-se reuniões com idêntico fim: uma no dia 11, no Palácio Valenças em Sintra, e duas outras no passado domingo – a primeira, um encontro concelhio da APU em Sobral de Montagraço, a outra uma reunião do PCP em Loures com camaradas eleitos em Assembleias de Freguesia. Nesta participou o camarada Luís Sá, membro suplente do CC, do Gabinete de Apoio às Autarquias junto do CC.

Sessão na Parede — Também com Luís Sá, realiza-se no próximo sábado, com início às 15 horas, uma sessão de esclarecimento na Cooperativa «A Linha do Estoril», no Alto da Parede. Trata-se de aclarar por que foi a APU afastada da presidência da Assembleia de Freguesia, e por que foi posteriormente este órgão, agora já presidido por um PPD, suspenso. A APU tem denunciado a falta de fundamento da destituição do seu eleito da AF, a ilegalidade desse acto e a paralisação (aliás também ilegal) daquele órgão autárquico. Porquê tanto atropelo? A sessão de esclarecimento visa aclará-lo – e evidentemente ajudar a população a mobilizar-se para lhe pôr cobro.

Terra

Em Évora: marcha contra a fome e o desemprego

Inserida na **Semana de Luta Contra o Desemprego**, uma iniciativa dos Sindicatos Agrícolas a decorrer desde a passada segunda-feira, iniciam-se amanhã, às nove horas, com partidas de **Portel, Vendas Novas, Mora** e **Alandroal** as **marchas** de trabalhadores desempregados que caminharão em direcção a Évora, cidade onde deverão chegar pelas 14 horas do próximo sábado.

Esta jornada de luta, que culminará com uma concentração na Praça do Giraldo, conta com o apoio do Secretariado das UCP'/Cooperativas Agrícolas do Distrito de Évora que para o efeito apelou à solidariedade dos trabalhadores da Reforma Agrária no sentido de prestarem todo o apoio e acompanharem as colunas de desempregados no seu percurso.

Resultado da ofensiva e da política agrícola do Governo PS/PSD, assiste-se hoje ao aumento vertiginoso do número de desempregados nos campos do Alentejo e Ribatejo. Segundo dados fornecidos pelo Secretariado das UCP's de Évora só naquele distrito são mais de *seis mil* os trabalhadores naquela situação, dos quais apenas cerca de metade recebe subsídio.

Para as organizações dos trabalhadores este panorama é tanto mais escandaloso quanto existem «paredes meias com os milhares de desempregados», nas mãos dos agrários, centenas de hectares de terra — só no distrito de Évora são mais de 200 herdades nestas condições — completamente abandonados ou subaproveitados e dezenas de barragens cheias de água nas mesmas condições.

Como justamente sublinha o Secretariado de Évora, se estas herdades e barragens fossem postas a produzir tal como no tempo em que estiveram nas mãos dos trabalhadores — altura em que davam centenas de milhares de toneladas de cereais, carne e leite — isso bastaria, só por si, para resolver o problema do desemprego.

Para os trabalhadores da Reforma Agrária o desemprego e a fome não são pois questões inevitáveis. Em sua opinião existem soluções que se fossem aplicadas, rapidamente resolveriam tais flagelos.

Daí a sua firmeza no prosseguimento da luta e a sua convicção no desafio que lançam ao Governo: «Expropriem-se e sejam devolvidas aos trabalhadores e aos pequenos agricultores as herdades e barragens que não estão aproveitadas, promova-se uma política de apoio técnico e financeiro que estimule os que trabalham no campo e rapidamente terminará o desemprego, a fome e a quebra de produção».

Protesto dos agricultores alastra

Em preparação jornada nacional

Uma Jornada Nacional de Protesto, cujo facto mais saliente será provavelmente a concentração marcada para o próximo dia 19 de Março em Lisboa, ficará a assinalar a onda de descontentamento dos pequenos e médios agricultores que percorre todo o País como consequência da política agrícola do Governo PS/PSD.

Promovida pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA), esta acção tem em vista — conforme foi sublinhado em conferência de imprensa — exigir que o Governo, ao contrário do monólogo em que tem sido exímio, encete uma política de diálogo com os agricultores.

Um diálogo que abra o caminho à resolução dos graves problemas que crescentemente atingem os homens do campo: o escoamento do vinho, gado e madeiras; o pagamento de todas as dívidas à lavoura (gasóleo, arroz, leite, tomate, gado abatido por doença, etc.); a negociação de preços justos à produção; crédito fácil e rápido, entre tantos outros.

Segundo dados revelados pela CNA os pequenos e médios agricultores (detentores de explorações até quatro hectares) representam 78 por cento dos agricultores portugueses mas apenas detêm 15 por cento do total de terras agrícolas cultiváveis. Mesmo assim, apesar da reduzida área, os pequenos e médios agricultores contribuem com 34 por cento do produto agrícola bruto nacional.

Ora acontece que é exactamente sobre esta grande massa de agricultores que recaem mais gravosamente as consequências desta política agrícola do Governo PS/PSD, originando uma «das mais graves crises de sempre».

Da vitivinicultura ao sector leiteiro ou pecuário assiste-se a um crescente aumento dos custos de produção (levando os agricultores a perderem dinheiro) e a uma vertiginosa subida de preços no consumidor. Na opinião da CNA esta situação só é possível porque «não se regulamentam os circuitos abastecedores» já que quando isso acontecer, haverá «certas pessoas que deixam de ganhar dinheiro».

Atentos e mobilizados para enfrentar a situação crítica em que se encontram, no fundo é para inverter esta política que os empurra para ruína e a miséria que os agricultores se movimentam e se encaminharão, de todo o País, para as ruas de Lisboa no próximo dia 19. Como eles dizem em forma de recado ao Governo, **«nós não sabemos tudo». Mas, «só com a discussão e com a nossa participação é que se encontram soluções para os problemas».**

Lavoura de Santarém analisa situação

Com a presença de mais de 200 delegados teve lugar na Casa do Campino, em Santarém, o IV Encontro das Organizações da Lavoura e dos Agricultores do Ribatejo para discussão do relatório das actividades e contas da Federação do Ribatejo e da situação actual da agricultura no distrito de Santarém.

No Encontro os representantes das organizações do distrito que subiram à tribuna expuseram a difícil situação dos agricultores e formularam duras críticas e reclamações ao Governo.

Os problemas do vinho, a acção anti-económica e favorável aos grandes armazenistas da parte da JNV, de que é presidente o dirigente da CAP Tomás Correia, foram vivamente abordados, em particular a decisão da JNV vender os vinhos aos armazenistas a 17$50 o litro, valor este que os agricultores consideram um acto destinado a agravar ainda mais os preços ao produtor.

Os problemas da batata, do tomate, e em particular a situação dos seareiros de campanha dos vales do Tejo e do Sorraia, mereceram igualmente as atenções e as críticas dos agricultores presentes.

O Encontro pôs em evidência o carácter de classe da CAP como organismo dos grandes proprietários e intermediários do comércio agrícola. Numerosas referências foram feitas ao facto de muitas explorações vitivinícolas estarem a passar para as mãos dos grandes armazenistas por falência e ruína dos vinicultores do Ribatejo e do Oeste.

O representante da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) fez uma larga exposição da situação agrícola no País.

O Encontro, que elegeu os corpos gerentes para o próximo triénio, decidiu criar um novo órgão.

No final foram aprovadas as conclusões que resumem a discussão travada. Assistiram como convidados os deputados do PCP Dias Lourenço e Álvaro Brasileiro; António Monteiro do PS; um representante do MDP/CDE e um vereador da APU da Câmara de Santarém.

No intervalo exibiu-se o rancho folclórico da Carregueira.

Agrícolas dos Açores

Na sequência de uma reunião recentemente realizada entre o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas das Ilhas S. Miguel e St.ª Maria e a Associação Agrícola de S. Miguel foi possível chegar a acordo quanto ao início das negociações do CCT dos trabalhadores de gado suíno, bovino e avícola.

Em nota divulgada à imprensa, em que considera de grande importância esta reunião, o Sindicato alerta ao mesmo tempo os trabalhadores do sector para que estejam atentos ao desenrolar do processo negocial com vista à obtenção de um CCT que consigne os direitos e regalias dos seus associados.

Trabalhadores

Nova política para o sector público

Forte adesão à jornada de quinta-feira

• Contra as dívidas nos salários
• Pela dinamização das nacionalizações
• Jornada nacional no dia 1

As iniciativas dos trabalhadores organizados, na quinta-feira da semana passada, quando na Assembleia da República tinha início a interpelação do PCP, constituiram mais uma prova, se necessária fosse, da indispensável coordenação das lutas diversificadas pela solução adequada ao pagamento dos salários em atraso, à manutenção dos postos de trabalho, às saídas contra o desemprego e pela viabilização de grandes empresas, designadamente na indústria, ameaçadas por uma política antinacional de desnacionalizações e entrega das fatias mais rendosas aos grandes grupos financeiros do capital especulador.
Conjuntamente com as concentrações em sedes distritais com destaque para Lisboa e Porto, acções diversas, designadamente no distrito de Aveiro, incluindo desfiles e cortes de trânsito na Marinha Grande e em Santarém, diligências junto de Governos Civis e Ministérios, milhares de trabalhadores nos seus locais de trabalho apoiavam em plenários e outras reuniões os motivos principais da luta formulados em milhares de documentos recusando os atrasos nos salários, os despedimentos, o aumento incontrolável do custo de vida.

A CGTP-IN, reclamando «uma nova política para o sector público, pela defesa e dinamização das nacionalizações, continuar Abril» levava a cabo entretanto uma série de iniciativas no sentido de uma mobilização intensa e participada na jornada nacional de luta que marcou para 1 Março próximo em defesa do sector empresarial do Estado.

Apelo da Central

O Governo, que não garante nem trabalho nem salários nas empresas públicas, nacionalizadas e participadas, que constituem o sector empresarial do Estado, «garante» pela voz de Veiga Simão que «não irão faltar aos portugueses nem trabalho nem salários».

Ao mesmo tempo, o ministro da Indústria e Energia, que vem do tempo ministerial de Marcello Caetano, manifestava a sua intenção de encerrar empresas públicas, ou reduzir-lhes a actividade e os seus postos de trabalho, entregando, noutros casos, as actividades mais rendosas ao capital privado. O ministro pretende «dar aos grandes capitalistas os lucros das empresas públicas», como ainda salientava a CGTP-IN na passada segunda-feira, remetendo naturalmente para o Estado os prejuízos – processo mais que conhecido dos responsáveis que nos últimos cinco anos, no próprio dizer de Veiga Simão, **investiram mal** «duzentos milhões de contos nas empresas públicas».

As «garantias» de Veiga Simão no último sábado em Castanheira de Pera, juntas com outras declarações da mesma personalidade em outras ocasiões e circunstâncias, inclusivamente a revisão constitucional que preconiza, não são de molde a tranquilizar os 150 mil trabalhadores sem salários, nem tão-pouco quem esteja no mínimo interessado a avalizar, por pouco que seja, a vitalidade da indústria e da economia do nosso país.

Assim, com a representatividade que lhe cabe, a CGTP não se limita a contrariar (recusando-os) os «argumentos» do ministro da Indústria PS/PSD. Recorda «que tudo fará para impedir as desnacionalizações, a eliminação dos postos de trabalho, a destruição dos recursos nacionais».

Reafirma a Central, através do seu departamento de informação, que «a única justificação real da política de destruição do sector público prosseguida por este Governo é, pura simplesmente, a obediência às ordens do FMI, com o objectivo de restaurar em Portugal o poder dos monopólios capitalistas», poder esse derrotado em 25 de Abril.

No apelo que dirige a todos os trabalhadores para uma participação activa e em massa na jornada nacional do dia 1, a CGTP «exige desde já»:

- Que seja feito um inquérito e apuradas as responsabilidades da má gestão das EPs (empresas públicas) nos últimos anos – que se saiba quem desperdiçou, «segundo o Ministério da Indústria e Energia, 200 milhões de contos»;
- Que o Estado pague às EPs os 200 milhões de contos que lhes são devidos;
- Que entrem em funções os gestores eleitos pelos trabalhadores;
- Que o Governo submeta a discussão pública o *«pacote»* que tem preparado sobre as empresas públicas industriais e energéticas;

Eram anunciadas entretanto, ainda sem confirmação possível nos princípios desta semana, várias acções de luta, incluindo paralisações nos transportes rodoviários, RN, Metro, Carris, bem como todos os sectores afectados pelas dívidas salariais, designadamente vidreiros, metalúrgicos, têxteis, químicos, construção civil.

Prosseguia entretanto a movimentação sindical, ou de outras organizações representativas dos trabalhadores da banca, seguros, Função Pública, assalariados agrícolas do Alentejo e Ribatejo, professores e médicos policlínicos, que realizaram recentemente em Lisboa um Encontro Nacional.

Os Ferroviários no Terreiro do Paço: por pensões e salários justos, pelo emprego, pela defesa e progresso da CP

No Porto, como em Lisboa, em dezenas de iniciativas que incluíram concentrações, manifestações, plenários e outras assembleias e reuniões de protesto, incluindo acções públicas de esclarecimento, o dia 16, quinta-feira, foi assinalado por um conjunto de lutas coordenadas contra os atrasos no pagamento de salários que, segundo dados actualizados, atingem um total muito próximo dos 150 mil trabalhadores. Só no Porto (foto) a nível distrital, as dívidas do patronato são superiores a um milhão de contos, afectando 20 mil famílias, sobretudo os sectores têxtil, químico e construção civil, cujos dirigentes sindicais intervieram na concentração da Praça da Liberdade. Exigindo-se o pagamento dos atrasados e o cumprimento da contratação colectiva foi condenada no Porto a má gestão, a fraude, a incompetência e a corrupção em todo o lado onde se encontrem. Dirigentes sindicais afirmaram que «ninguém pode aceitar as dificuldades financeiras de empresas economicamente viáveis e fundamentais para a nossa economia, como são a Cerâmica de Valadares, a CIFA, a Metalúrgica da Longra, a Leão, a Felfim Ferrreira» tudo empresas do distrito do Porto que têm dado emprego a milhares de trabalhadores

Por objectivos claros e comuns
Movimentação na banca e seguros contra escândalos e ilegalidades

• Apelo à participação na jornada do dia 1

As organizações de trabalhadores bancários e de seguros desenvolvem larga movimentação nos locais de trabalho em defesa das nacionalizações e dos interesses, garantias e direitos ameaçados pela política de desnacionalizações, de incapacidade e provada incúria que caracterizam o Governo actual.
Os organismos de Direcção do PCP nesses sectores, as respectivas comissões coordenadoras das CTs, comissões sindicais e intersindicais, lutando por objectivos comuns e pelo interesse nacional contra o grande capital passadista e recuperador de privilégios, têm vindo a denunciar concretamente escândalos e ilegalidades que se fazem a coberto da banca e dos seguros nacionalizados.

O Organismo de Direcção dos Bancários de Lisboa do PCP sublinha que continua a «deliberada e ruinosa má gestão da banca», que se caracteriza nomeadamente:

- Pelo crescente e imparável aumento do crédito mal parado;
- Pelo esbanjamento patrimonial, com a venda ao desbarato de empresas a ex-grupos financeiros;
- Pelas negociatas misteriosas na compra e venda de edifícios;
- Pelas despesas sumptuárias;
- Pela actuação especulativa das filiais dos bancos no estrangeiro, pondo em risco o interesse nacional.

O Organismo dos bancários cita o caso do empréstimo de 330 mil contos a um empresário estrangeiro (Stanley Ho), mascarando-se a operação para passar no Banco de Portugal como se se tratasse de um financiamento interno, quando a verdade é que se tratava de um investimento externo por autorizar. O dinheiro — reafirma o Organismo de Direcção — destina-se a fins especulativos (casinos, inclusive), retirando capacidade financeira (ao Totta & Açores neste caso) para ajuda ao desenvolvimento da economia nacional. À operação «estarão ligadas figuras da coligação governamental», acrescenta a Direcção dos bancários, referindo «rumores».

Agrava-se situação dos bancários

Depois de aludir ao *«aumento dos casos de corrupção estimulados pela prática»* dos CGs (gestões) que os consentem *«no quadro da sua estratégia de destruição das empresas, incluindo a distorsão da imagem pública da banca nacionalizada»*, o Organismo de Direcção dos Bancários de Lisboa do PCP sintetiza em nove pontos o agravamento da situação dos trabalhadores da banca *«decorrente da política do Governo PS/PSD e da correspondente acção dos CGs e do conluio e traição da direcção do Sindicato dos Bancários»*.

Os bancários comunistas chamam a atenção para a *«política de pessoal assente na repressão, intimidação e perseguição»*. Citam o *«recurso à admissão de pessoal através de selecção política e atribuição de lugares de chefia não por critérios pessoais, mas por critérios estritamente partidários»*.

Ao condenarem a *«transferência compulsiva de trabalhadores»* e *«falta de cumprimento do contrato colectivo (CCTV)* por parte dos CGs, com a conivência da direcção do Sindicato», os bancários comunistas salientam a existência de *«restrições às liberdades sindicais e políticas*, com o recurso a processos disciplinares e a inquéritos, a processos judiciais».

A par de «instalações luxuosas», lê-se em documento distribuído nos locais de trabalho, existem muitas outras sem «condições de salubridade e higiene», e reestruturam-se serviços não para corresponderem a «necessidades estruturais», mas para *«reforço do clã partidário e do poder pessoal»*.

O Organismo, que refere ainda «a tentativa de reformas antecipadas» e a «coacção psicológica» que as acompanha, sublinha que existe «aliciamento de trabalhadores para prescindirem dos seus direitos e conquistas».

Sobre o papel da direcção UGT

A actual direcção do SIESI é acusada de cumplicidade e conivência com os conselhos de gestão e o Governo no *«agravamento das condições de vida e de trabalho dos bancários»*. Referindo a «urgente necessidade» de substituir o actual secretariado ugêtê por «bancários honestos que defendam a classe», o Organismo de Direcção acusa os gerentes do SIESI de praticarem "internamente" uma "política de pessoal" repressiva, *«intimidação e perseguição a trabalhadores do Sinidicato, comportando-se ao nível dos conselhos de gestão e do patronato mais reaccionário»*.

Uma participação cada vez maior dos trabalhadores e das suas estruturas representativas é "indispensável", sublinham os bancários comunistas, para «enfrentar com êxito a presente situação que, apesar de complexa, apresenta condições para ser resolvida *«em torno de problemas concretos dos trabalhadores»*, examinando e decidindo *«formas de luta adequadas à salvaguarda dos direitos e interesses dos bancários, à defesa da banca nacionalizada e contra a criação de novos bancos privados»*.

Jornada de 1 de Março

Depois de apelar à necessidade de desenvolver «acções de esclarecimento, convívio e luta», para comemorar o 9.º aniversário da nacionalização da banca e o 10.º aniversário do 25 de Abril, o Organismo de Direcção exorta *«os bancários à participação na jornada de luta em defesa do sector nacionalizado (SEE) marcada para 1 de Março»*.

Apesar das dificuldades existentes, designadamente as «resultantes da submissão do Governo PS/PSD ao grande capital e ao imperialismo», a Direcção encara o futuro com «confiança e determinação» no sentido de «alcançar com os trabalhadores, com os democratas, uma alternativa democrática, um novo Governo, uma nova política».

Reconhecida "leviandade"

O secretariado da Célula do PCP na Fidelidade, Grupo Segurador (empresa pública), lembrando entretanto as «circunstâncias inacreditáveis» em que foram roubados mais de 100 mil contos do Banco Fonsecas & Burnay, salienta a reconhecida "leviandade", manifestada publicamente e usando esta mesma palavra pelo director da seguradora *«em perfeita sintonia com a ligeireza exibida pelo director do banco lesado»*.

Na circunstância, a célula aproveita para lembrar que «nos últimos três anos, as seguradoras portuguesas (de capitais públicos, na maioria, como se sabe) pagaram *«cerca de um milhão de contos em resultados de assaltos à mão-armada e designadamente a instituições bancárias, sendo voz corrente que 150 mil contos foram suportados por uma só seguradora — a Fidelidade»*.

O secretariado da Célula, que salienta as circunstâncias bem conhecidas em que decorreu o assalto do dia 7 e designadamente a falta de segurança no transporte de uma soma tão elevada, acrescenta que *«chega de leviandades»* acumuladas que *«fazem perigar a integridade da empresa e o futuro de quase dos mil trabalhadores e respectivos agregados familiares»*.

A Célula conclui sublinhando que *«a má gestão dos bancos e das seguradoras nada tem a ver com as nacionalizações. A responsabilidade é do actual Governo que, tal como outros anteriores, utiliza homens de "confiança" política sem respeitar o elementar critério de competência técnica, nomeadamente "amadores"* (como o presidente da Companhia caracterizou a sua actuação naquele caso) *para gerir importantes patrimónios que são do Povo português»*.

Tramagal

Quando os salários em dívida afectam populações inteiras

— *O Governo vai ver?*

Três empresas com instalações fabris no Tramagal trazem à ideia o que se passa um pouco no resto do País, quando os salários em atraso afectam populações inteiras.

Como aqui temos acentuado com regularidade, apelando a medidas e à luta contra a instabilidade do emprego, os despedimentos e a incúria de muitas gestões incompetentes, sabotadoras ou corruptas, os casos da MDF, Somapre e Neo-Cerâmica dão mais um retrato fiel deste Governo e desta política de ruína nacional.

«Sem qualquer alternativa de emprego na zona», como sublinha a União dos Sindicatos do Distrito de Santarém, os efectivos dessas três empresas rondam as 1600 pessoas só na freguesia do Tramagal que, segundo o recenseamento mais recente (1981), tinha 2502 famílias constituídas num total de 5033 habitantes.

A semana passada, durante uma visita proporcionada aos jornalistas pelas organizações representativas dos trabalhadores da zona, foi reafirmado que os salários estão por pagar há quatro meses na MDF (Metalúrgica Duarte Ferreira), há 2 meses na Neo-Cerâmica e há quatro na Somapre.

A nível de atrasos, há situações mais graves. Mas aqui trata-se de uma população inteira. Não são apenas casos pontuais, sectorizados. Na MDF – o caso mais grave pelo volume do emprego e por outros factores – a situação deteriora-se não só desde que a empresa foi devolvida ao patronato, mas desde que começou a ofensiva contra as empresas intervencionadas ou sob gestão dos trabalhadores.

A devolução da MDF ao capital privado acaba agora também no rol crescente das dívidas aos operários e a todos os que ainda conseguem trabalhar, sem que a tão badalada «viabilização» ou «recuperação» da parte privada seja merecedora do mínimo crédito ou confiança quanto a investimentos, produção, postos de trabalho, garantia de emprego.

Pelo contrário, a devolução da MDF serviu para reduzir ainda mais os postos de trabalho e para a ameaça do despedimento colectivo que teve início ainda há pouco com o anunciado encerramento da MDF-Lisboa e com os problemas da MDF-Porto, por sua vez com salários em atraso, levando à luta os trabalhadores.

Segundo a União dos Sindicatos do Distrito de Santarém, que em 14 de Janeiro levou a cabo a I Conferência de Reestruturação, reunindo na capital do distrito 128 delegados em representação de 27 sindicatos com âmbito na zona, o patronato das maiores empresas do Tramagal tem contado com a complacência do Governo e mesmo dos tribunais. Inclusivamente estes possibilitam o adiamento sucessivo das dívidas aos trabalhadores, como demonstram **«muitas dezenas de processos»** movidos por alguns que já saíram da MDF e não conseguem **«receber o dinheiro que a empresa lhes deve há mais de cinco anos»**, embora os tribunais a tenham condenado a pagar.

A União de Sindicatos prova com factos que **«um governo que se diz democrático condena à fome e à miséria uma população inteira»**.

Em números redondos, a MDF emprega actualmente 1400 trabalhadores, a Somapre tinha 117 (muitos viram-se forçados a abandonar a empresa) e a Neo-Cerâmica 40. Numa freguesia que pouco ultrapassa os 5000 habitantes, como viverão o comércio e as restantes actividades, sem os salários dessas famílias afastadas, a maior parte, de qualquer perspectiva de emprego a curto prazo, ou a prazo nenhum, quando a média de idades ultrapassa os 40 anos e os filhos se vêem sem emprego?

Concentração no Tramagal durante a visita dos jornalistas

A questão importa a todo o País. As sempre mais graves situações vividas no sextor têxtil, sobretudo no Norte e no Centro; a dos vidreiros – recorde-se o caso da Vidreira da Fontela, da CIFA e de tantas outras indústrias de que depende a vida de populações inteiras – adquirem dimensão alarmante que só o Governo e a sua clientela partidária se esforçam por ignorar quanto não tentam minimizá-las ou reprimi-las, recorrendo aos conhecidos métodos fascistas, utilizando a violência, como no caso bem recente do protesto da Ponte.

Os sindicatos – no caso em apreço os de Santarém – apoiados por forças políticas democráticas, populações, autarquias e trabalhadores directamente interessados – continuarão a desenvolver as acções e lutas adequadas à reposição da legalidade nas empresas do Tramagal.

O mesmo sucede em todos os ramos de actividade atingidos por uma política, um Governo e certo patronato que quando muito se limitam a reconhecer o mal sem o atacar, preferindo até que ele se agrave para conduzir a resultados que interessam afinal a bolsos já cheios mas insaciáveis, que este Governo pretende encher ainda mais.

Internacional

MÉDIO ORIENTE

O LÍBANO EM MUDANÇA

É tempo de mudar as coisas. Walid Joumblatt, Nabih Berri e Raymond Eddé, dirigente do bloco nacional, exigiram já a demissão do presidente Gemayel. Chegou o momento de um poder que realize as reformas democráticas e constitucionais exigidas pelos libaneses desde 1975 e mesmo antes. Ao longo de todos estes anos de guerra civil e de intervenção estrangeira, o nosso país tem pago caro, em vidas humanas e em destruições materiais, a recusa de tais reformas. Sem elas, não existe uma solução duradoura.
Esta tomada de posição de Karim Mroué, membro do Bureau Político do Partido Comunista Libanês em declarações à revista francesa "Revolution" no início deste mês, ganha cada dia mais actualidade.

As forças patrióticas libanesas ganham terreno e armas em Beirute

A política suicida do presidente Amin Gemayel de fascisização do regime, de total alinhamento com as forças invasoras sionistas e com a política norte-americana, contribuiu de forma decisiva para o que até então se tinha revelado extremamente difícil: a unidade das diversas forças da oposição.

A formação de uma frente comum das forças patrióticas libanesas, a Frente de Salvação Nacional, representou, com efeito, o início de uma mudança qualitativa na luta pela democracia no Líbano. Os resultados estão à vista.

Isolado no seu palácio presidencial e sem qualquer controlo da situação interna, Gemayel é politicamente um cadáver adiado de que os próprios aliados se querem libertar.

Tanto os Estados Unidos como Israel tentam através da intimidação e da força defender as suas posições enquanto procuram um substituto para Gemayel que represente uma mudança formal e mantenha o essencial da dependência do imperialismo.

Mesmo as recentes propostas de conciliação apresentadas pela Arábia Saudita e defendidas por Gemayel — e que, como posteriormente se veio a saber, foram cozinhadas por Washington — dificilmente poderão ser consideradas como algo mais que uma cartada para ganhar tempo enquanto as posições no terreno se esclarecem.

A recusa das forças patrióticas libanesas e da Síria — que se mantém no Líbano por decisão da Liga Árabe nunca revogada — era previsível. Pelo que é lícito concluir que a apresentação de uma proposta que em nada responde às aspirações do povo libanês (e que são, nomeadamente, a demissão de Gemayel, revisão da Constituição, fim do regime confessional, governo de unidade nacional e saída das forças invasoras), se por um lado representou a tentativa desesperada de Gemayel em conservar-se no poder, por outro lado pretendeu ser um interim para os Estados Unidos debaterem a sua política no Líbano.

Acontece no entanto que a falência do "plano de paz" da força dita multinacional e do acordo israelo-americano-libanês, traduzida na agudização da guerra civil libanesa, e o isolamento de Gemayel a nível interno, levou os países até agora ao lado de Washington a repensar o seu papel na guerra libanesa.

A saída das tropas italianas, inglesas e mesmo da França deixou os Estados Unidos na posição ingrata de único apoiante de um regime contestado a todos os níveis. Nem a participação de Israel ao lado das forças de Gemayel ilude essa realidade, conhecidos que são os profundos laços que unem o sionismo e o imperialismo.

A oposição crescente da opinião pública norte-americana à continuação dos *marines* no Líbano (58 por cento são pela retirada imediata) é outro factor que pesa nas decisões da administração Reagan, pouco interessada em ano de eleições em suscitar o desagrado do eleitorado.

Quererá isto dizer que chegou a hora da vitória das forças patrióticas libanesas?

Como afirmou sobre este assunto um dirigente do Partido Comunista Libanês, **falar de vitória final pode ser prematuro. O Líbano aproxima-se de uma solução democrática da crise, mas a possibilidade de uma intervenção estrangeira não pode ser excluída. E no Líbano como em qualquer outro lado, com o fascismo, é necessário estar vigilante.**

Proferido no início do mês, o alerta tem hoje plena justificação. No sul do Líbano, as tropas israelitas recomeçaram os bombardeamentos, enquanto em Beirute os norte-americanos apoiam o que resta do fascismo libanês.

NICARÁGUA

Lembrar Sandino defender a Revolução

Sou um trabalhador da cidade, um artesão, como se diz neste país, porém o meu ideal vive no amplo horizonte do internacionalismo, no direito de ser livre e de exigir justiça, ainda que para alcançar esse estado de perfeição seja necessário derramar o meu próprio sangue e o alheio.
O homem que da sua pátria não exige sequer um palmo de terra para a sua sepultura, merece ser ouvido, e não só ouvido, mas também acreditado.

Augusto César Sandino, um exemplo para a Nicarágua e para toda a América Latina

Augusto César Sandino, o dirigente revolucionário da Nicarágua e da América Latina, foi não só ouvido e acreditado mas sobretudo seguido no seu exemplo e nos seus ideais de justiça e liberdade.

Cinquenta anos depois da sua morte, em 21 de Fevereiro de 1934, é uma Nicarágua livre ainda que em luta contra o imperialismo que evoca o grande patriota nicaraguense cobardemente assassinado por ordem de Anastasio Somoza, pai do ex-presidente derrubado pelas forças sandinistas.

Oriundo de uma família de camponeses, Sandino combateu as tropas americanas durante a ocupação da Nicarágua entre 1927 e 1933, destacando-se pelos seus elevados sentimentos patrióticos que ao longo de gerações têm servido de estímulo na luta pela independência e defesa da revolução na Nicarágua.

Cinquenta anos passados, a sua memória permanece viva no coração do seu povo. Como afirmou um dia Julim Mella, **há um homem na Nicarágua que representa o povo nicaraguense e os interesses da sua soberania. Esse homem é, como todos reconhecem, Augusto César Sandino.**

A nova geração de patriotas que hoje segue os ideários de Sandino, tem tal como no passado um duro caminho a percorrer. Derrubada a ditadura de Somoza, a luta prossegue pela defesa da revolução que o imperialismo norte-americano se propõe impedir.

É uma batalha desigual, tal como o foi antes, em que a guerra apesar de não declarada não deixa de ser guerra onde se joga o direito de um povo a escolher o seu próprio futuro.

Todos os dias se descobrem novos planos da administração Reagan para, juntamente com bandos de somozistas, traidores, mercenários e os exércitos das ditaduras dos países vizinhos, derrubar o regime sandinista. E se todos os ensaiados até agora têm fracassado contra a unidade dos patriotas sandinistas, nem por isso o perigo de uma intervenção directa norte-americana é menos real.

Por isso, nesta hora em que na Nicarágua se vive a memória de Sandino, a solidariedade internacional se deve manifestar ainda mais activa e actuante.

A ameaça de Washington à Nicarágua é uma ameaça à paz na América Latina e à paz no mundo. É dever dos povos de todo o mundo combater tais ameaças, em defesa da liberdade, da justiça e do direito inalienável dos povos à independência e à paz.

Aurélio Santos na Nicarágua

A convite da Direcção Nacional da Frente Sandinista de Libertação Nacional partiu para a Nicarágua Aurélio Santos, membro do Comité Central do Partido Comunista Português.

Aurélio Santos representa o PCP nas celebrações do 50.º aniversário da morte de Augusto César Sandino.

Trabalhadores lutam contra «desenvolvimento» capitalista

Vivem-se neste momento, um pouco por toda a Europa capitalista, lutas generalizadas de trabalhadores por objectivos e reflectindo problemas no fundamental comuns. Em causa uma «reconversão» industrial que assenta no despedimento massivo de trabalhadores de alguns dos mais velhos e importantes sectores industriais. Em causa as opções e divisões no seio da CEE, que se traduzem em agravadas dificuldades para pequenos e médios proprietários, em particular no domínio da agricultura. Não se trata de questões novas – antes inseridas na lógica do sistema capitalista – mas que hoje assumem uma expressão particularmente aguda.

Para referirmos apenas alguns exemplos mais recentes de lutas, importa destacar as mobilizações decididas pelos sindicatos espanhóis, em protesto contra os processos de «reconversão» de vários sectores da indústria, em particular o naval, e por uma revisão da contratação colectiva. Dia 14 uma greve geral paralisou Vigo, na Galiza, e cerca de 20 concelhos da zona. Em Vigo, realizou-se também uma manifestação de cerca de 300 mil pessoas (a região tem 500 mil habitantes). Uma grande acção de protesto que reflecte a gravidade do problema pendente – a «reconversão» industrial que afecta muito em particular os estaleiros navais, de que depende a grande maioria da população da zona. Poucos dias antes, na província de Madrid, tinha-se realizado uma greve no sector metalúrgico. Empresas estatais de transporte aéreo e construção aeronáutica realizam concentrações e paralisações. Jornadas de luta estão igualmente previstas para o sector ferroviário.

Também em Espanha, dezenas de milhares de agricultores se manifestaram nas ruas de Madrid, protestando contra a forma como está a ser negociada a eventual entrada do país na CEE. Na manifestação foi denunciado que «arrancar as vinhas e as oliveiras, arruinar os criadores de gado (...) é travar definitivamente a agricultura frutífera e hortícula – tal é o preço a pagar pelos agricultores». Um preço que também é exigido em Portugal, nessa via de «desenvolvimento» preconizada pelo actual governo PS/PSD, que nada tem a ver com progresso económico, mas sim com recuperação monopolista.

Em França, os principais sindicatos lançaram várias acções de luta contra formas de «reconversão» industrial, nos principais sectores produtivos e função pública, que atiram para o desemprego muitos milhares de trabalhadores e restringem mais ainda o poder de compra. Milhares de despedimentos foram já concretizados ou estão em vias de o ser na Talbot de Poissy, no grupo Peugeot-Talbot-Citroen e na metalurgia em geral. Os sectores mais atingidos por esta política são: a metalurgia, a indústria automóvel, a siderurgia, a construção naval e o sector público.

Em Itália, realizaram-se grandes manifestações nas principais cidades do país – em particular Roma, Florença, Palermo e Nápoles –, contra o plano económico adoptado pelo governo de Craxi, que prevê medidas altamente lesivas dos interesses dos trabalhadores. Trata-se, concretamente, de uma redução da taxa de indexação salarial em função do aumento de custo de vida em 34 por cento e ainda de «contratos de solidariedade» (com o patronato, entenda-se!), que em síntese se traduzem na redução de salários, acompanhando a redução de horários de trabalho.

Porquê?

«**Este ciclo** (o ciclo da crise capitalista) **nada tem de uma maldição da natureza. Se o poder de compra da população aumentasse ao mesmo ritmo que a produção de bens, tais rupturas não teriam nenhuma razão para se produzir. É porque o crescimento alimenta exclusivamente a acumulação de lucros que num certo momento desce o nível das vendas e que tudo acaba por se desmoronar**». Esta uma explicação muito clara da razão de fundo da crise como «modo de vida» do sistema capitalista, expressa em artigo inserido nas páginas do jornal francês «Le Monde Diplomatique», de Dezembro de 83. Em síntese, a contradição fundamental que Marx detectou entre produção social, e apropriação particular dos seus frutos.

Este objectivo determinante do sistema capitalista – o lucro – reflecte-se aos mais diversos níveis.

Em formas de reconversão industrial que se traduzem num brutal agravamento das condições de vida dos trabalhadores (e note-se que **a aplicação de novas tecnologias em sistema socialista têm efeitos opostos** – significa melhoria das condições de vida e de trabalho da população).

Nas contradições entre países capitalistas desenvolvidos, quer entre os seus três centros: EUA, Europa capitalista, Japão. Quer no seio da CEE.

E ainda, de forma particularmente dramática, na exploração dos países em vias de desenvolvimento, no alargamento do fosso que separa este conjunto de países do mundo capitalista desenvolvido (85 mil pessoas morrem diariamente de fome e de doenças evitáveis).

Nos mesmos dias em que, em Espanha, se desenvolviam importantes lutas, objectivamente contra as formas capitalistas de reconversão industrial, dezenas de milhares de pessoas participavam na «Quarta Marcha sobre Torrejón de Ardoz», uma das bases militares utilizadas pelos EUA no país vizinho. Um exemplo de simultaneidade de lutas, que não surge por acaso. Antes traduzem uma confluência de interesses e de problemas.

As raízes da crise são as mesmas da corrida aos armamentos. As mesmas que determinam uma tendência para a limitação das liberdades democráticas. Por isso, as lutas contra o desemprego, contra a degradação das condições de vida dos trabalhadores, pela democracia, andam de par e interligam-se com a luta do crescente movimento pela paz – assumem, de forma cada vez mais consciente, um cunho anti-imperialista.

Racismo

De 1979 a 1983, o número de americanos que vive abaixo do nível oficial de pobreza passou de 26 milhões para 35 milhões. Nesta categoria estão incluídos 32,5% de negros e 10,5% de brancos. O mesmo se repete, por exemplo, em relação ao desemprego. No país considerado o mais rico do mundo, o número oficial de desempregados é de 8 milhões. Em relação à população negra, os números e as percentagens sofrem um particular agravamento. 18% da população negra é desempregada, sendo que essa percentagem ascende a 43% entre os jovens de 18-19 anos.

O exemplo dos Estados Unidos não é único. Na Europa capitalista, essa prática de lançar sobre os ombros das minorias raciais, o peso maior da crise que recai sobre as massas trabalhadoras, é coisa comum e exprime-se na perseguição, sob diversas formas, aos imigrantes.

Assim, a crise acarreta consigo o agravamento do racismo.

E temos o exemplo da França, onde os imigrantes estão na primeira linha dos despedimentos (como de resto nos outros países da Europa capitalista). Num curto espaço de tempo sucede-se uma emissão de televisão que dá voz a um dirigente fascista (onde de par do obrigatório anti-comunismo surge a nota ineludível do racismo), e uma imensa rusga policial a bairros degradados onde vive fundamentalmente população de origem africana, e em que se registaram dezenas de prisões.

Ou o da Bélgica, em que sábado passado se realizou, em Bruxelas, uma manifestação de imigrantes, trabalhadores e estudantes, contra o projecto de lei apresentado no Parlamento pelo ministro do Interior, que nomeadamente dificulta o reagrupamento das famílias imigrantes.

Factos bem significativos que traduzem o carácter anti-humano de um sistema em que o progresso técnico-científico significa desemprego, degradação das condições de vida dos trabalhadores, racismo, a condenação à fome, à doença, à ignorância, de milhões de pessoas. Enquanto se somam lucros, e metodicamente se prepara uma guerra de extermínio total.

Manifestação de solidariedade com os trabalhadores dos estaleiros navais

Solidariedade

Marrocos — «Perturbação da ordem pública», «distribuição ilegal de panfletos», «incitamento à greve» e «organização de oposição clandestina» são as principais acusações que pendem sobre centenas de jovens marroquinos, no seguimento do levantamento popular de Janeiro último contra o brutal aumento de preços anunciado pelo governo de Hassan II.

Embora os aumentos dos bens de primeira necessidade tenham sido cancelados na sequência dos protestos populares, a repressão – que na altura provocou centenas de mortos – continua a fazer-se sentir em todo o país. A maioria dos jovens presos foi já condenada a penas de prisão que vão até três anos. A fúria repressiva do regime de Hassan II abateu-se sobretudo contra a Juventude Unionista, o Partido do Progresso e do Socialismo (comunista) e o movimento «Ilal Amam».

Continua entretanto por realizar o julgamento do dirigente muçulmano Abdeslam Yassin, preso desde Janeiro, e que chegou a estar previsto para o passado dia 13; na altura foram presas cerca de 70 pessoas que se manifestavam frente ao tribunal.

Turquia — A organização «Amnistia Internacional» revelou que continuam a ser mortos e torturados os presos políticos na Turquia. As autoridades militares turcas reconheceram já a morte de dois presos, atribuindo-a num caso a suicídio e noutro a um tumor no cérebro.

A repetição de casos semelhantes e a ausência de notícias em relação a muitos dos presos à ordem dos militares constitui no entanto um libelo acusatório contra a ditadura turca, como a própria organização internacional reconhece. Em seis meses, e malgrado a repressão a que são sujeitos, os presos políticos da Turquia realizaram já duas greves de fome para alertar a opinião pública internacional para a situação em que se encontram.

Chile — O presidente do Movimento Democrático Popular chileno, Manuel Almeyda, foi preso no passado dia 15 pela polícia fascista de Pinochet.

Acusado de «acções contrárias à segurança nacional» por o MDP ter lançado uma proposta de greve geral para o próximo mês de Março, Manuel Almeyda, que é membro do Partido Socialista chileno, acusou o governo de pretender «utilizar os tribunais para perseguir aqueles que recusam a permanência de um regime caracterizado pela opressão do povo».

Irão — O Supremo Tribunal do Irão confirmou recentemente as condenações pronunciadas contra treze membros da «Organização Secreta» do Tudeh (Partido Comunista Iraniano). Segundo o porta-voz do Tribunal, entre as sentenças figura «um certo número» de condenações à morte, não especificadas.

A agência Tass divulgou entretanto uma declaração do Comité Central do Tudeh «condenando energicamente as acções inumanas e ilegítimas das autoridades judiciais» do Irão em julgamentos de membros daquele Partido. O documento critica também «a propaganda desenfreada das autoridades iranianas contra a União Soviética», considerando que tal atitude «coincide de facto com a política anti-soviética praticada por Ronald Reagan».

Em Dakar foi recentemente encerrada a embaixada do Irão, por ordem das autoridades senegalesas, que acusaram os funcionários iranianos de fazerem propaganda integrista junto das associações muçulmanas do Senegal e da comunidade muçulmana libanesa naquele país, bem como do financiamento não autorizado de jornais e outras associações senegalesas.